

Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
SECRETÁRIO DA REDACÇÃO
F. ALVES DE AZEVEDO
ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO P. MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
End. Telegráfico: MINERVA
Telefone 24253
PROPRIEDADE DA EMPRÊSA
PORTUGAL COLONIAL
NÚMEROS 55-56

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3\$00
Colónias..... 4\$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18\$00
Colónias (6 meses)... 24\$00
COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA

SUMÁRIO



ANGOLA PROVÍNCIA DE PORTUGAL	***
URBANISMO COLONIAL.....	<i>Alberto Jaime de Azevedo</i>
O VALE DO LIMPOPO E O SEU CAMINHO DE FERRO	<i>Nunes dos Santos</i>
O INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL E A SUA FUNÇÃO	<i>Alves de Azevedo</i>
PÁGINA LITERÁRIA — «O TABERNÁCULO AFRICANO»	<i>Berta Leite</i>
CARTAS DA ZAMBÉZIA.....	<i>Francisco G. de Lacerda</i>
ATRAVÉS DA GUINÉ	<i>A. de Landerset Simões</i>
O IX CONCURSO DE LITERATURA COLONIAL	<i>Manuel de Jesus Pinto</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	<i>André l'Hoist e ***</i>
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>Henrique Galvão</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
NO ESTRANJEIRO.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
ESTATÍSTICA	***

Angola

Província de Portugal



SÃO correntes entre nós dois sentimentos acêrca das colónias por parte daqueles que as visitaram ou nelas viveram: O desejo de voltar como uma saúde viva por seduções misteriosas—e uma predilecção especial pela colónia onde estivemos mais tempo ou pela primeira vez.

Formou-se assim a saúde de Timor, de Moçambique, de Angola, da Guiné, etc.

Este sentimento é geral: instala-se no espírito daqueles que muito gosariam, como no coração daqueles que muito sofreram.

Todavia há uma colónia, em relação à qual êsse sentimento se envolve duma ternura especial, quási amorosa: É Angola.

A paixão, o amor, do colmo de Angola pela sua colónia é diferente da amizade, da admiração ou da simpatia de quaisquer outros colonos pelas suas colónias.

E assim também o cenário sentimental de Angola oferece aspectos e cambiantes

que não se encontram facilmente em outras colónias.

É que em nenhuma outra parcela do Império se encontra Portugal prolongado tão vivamente e tão igual a si próprio. Dir-se-á, por vezes, que são mais profundos até, entre os colmos de Angola, os sentimentos nacionais, o amor da terra pátria, o brio da independência, do que entre os habitantes da Metrópole.

Estas palavras não são novas nem revelam nada de novo. É mesmo quási um lugar comum dizer-se de Angola que é a mais portuguesa de tôdas as colónias.

Mas é agradável registar o facto sempre que um novo acontecimento o confirma—e sobretudo quando pairam no ar, agitados pela paixão doentia de certos homens, sentimentos de desagregação que conduzem à dúvida e ao pessimismo de muitos.

Ora o facto confirmou-se uma vez mais.

Por entre a confusão e a balbúrdia que lavra nesta Europa em desalinho e nas vésperas dum conflito que teve a sua origem em questões coloniais—surgiram mais uma vez na imprensa estrangeira boatos alarmantes quanto à sorte das colónias portuguesas.

Não tinham estes mais consistência que tantos outros e só o nervosismo da época permittiu que ganhassem vulto no espírito de pessoas menos serenas.

Já não somos o país anarquizado que tinha tudo a recear—e temos hoje uma vontade e uma dignidade que bastam para

opôr-se a desígnios de expoliação que por ventura se desenhem ou tentem desenhar-se. Se a índole do tempo nos obriga a estar atentos, a segurança do que somos permite-nos confiar e encarar com serenidade o que vier.

Os boatos não tiveram, por consequência, importância de maior.

Todavia logo que êles foram conhecidos, Angola reagiu por tal forma, tão espontânea e tão prontamente, com tanta sinceridade nos seus impulsos que quasi há razão para dizer: Bemditos os boatos que provocaram tal movimento e vieram quebrar os dentes a quantos já por aí diziam que Angola já não era a mais portuguesa de tôdas as colónias portuguesas.

De longe sentimos o impulso unânime, rude e generoso, partido duma só vontade, dum sentimento único e dum propósito irremovível. Nenhuma província metropolitana seria mais pronta, mais sincera, mais digna na sua reacção.

E contudo são os colonos de Angola e esta colónia quem mais duramente tem sofrido a crise—a que conheceu horas de amargura mais cruéis, os desastres mais profundos. Quanto a sua capacidade de sofrimento parecia gasta e se nos vinha segredar que o desânimo enlutava tôdas as almas—bastou uma fâsca a luzir nesta desoladora Europa para que de Angola nos viesse uma lição de nacionalismo tão nobre e tão consoladora que só através dêle se desenha uma realidade imperial.

A Portugal inteiro se deve servir esta lição.

Portugal inteiro poderá orgulhosamente aquecer-se neste calor saboroso que nos vem de Angola, província de Portugal—a maior e porventura a mais linda província de Portugal.

Registamos o facto. Melhor do que as palavras com que poderíamos exaltá-lo fala o telegrama que descreve as manifestações realizadas em Luanda e que trans-

crevemos na íntegra—pois nem o próprio telegrafo lhe roubou o sabor e o encanto:

Conhecidos boatos imprensa estrangeira sôbre nossas colónias tôda população foi Govêrno Geral dias dezoito dezanove vinte afirmando indefectível lealdade Pátria propósito firme inabalável lutar até última extremidade manutenção defesa solo Pátrio tôdas suas parcelas ponto última manifestação constituiu maior mais grandiosa há memória reuniu cêrca dez mil pessoas tôdas classes raças impossível descrever sua imponência entusiasmo significado ponto tôdas associações escolas grêmios regionais desportivos ostentavam estandartes ponto presidente liga combatentes Grande Guerra leu seguinte mensagem dois pontos em S.Ex.^a governador geral saudamos representante soberania nacional valoroso soldado combatente Africa ponto hora profunda emoção patriótica vivemos traznos junto V.Ex.^a para altivamente afirmarmos que combatentes Grande Guerra campanhas coloniais que na Europa Africa se bateram afrontaram morte defesa império colonial estão todos prontos primeira voz orgulhosamente oferecerem novamente vida pela honra glória pátria em face boatos imprensa estrangeira sôbre nossas colónias afirmamos também com fria serenidade soldados sabem que a guerra que intangibilidade territórios nacionais ultramarinos têm garantila além direitos seculares sua descoberta conquista colonização valor soldado português ponto em cada português Angola sem distinção classes raças têm nação um soldado firme inabalável decisão provar tôdas emergências território pátria tôdas parcelas sagrado intangível ponto antigos combatentes população geral comunicando mesmo fervor patriótico sòmente necessitam esperam

pedem Govêrno que em conjunto os mande preparar organizar para tôdas eventualidades resultantes grave momento mundo atravessa stop seguidamente Madame Garcez Lencastre nome centenas senhoras presentes leu seguinte mensagem dois pontos são mãis esposas filhas portuguesas residentes Loanda traduzindo sentir unanime mulher portuguesa Angola veem junto V.Ex.^a dizer singelamente preferem ver morrer seus filhos maridos irmãos consentir em vida dêles que solo sagrado êste prolongamento pátria seja maculado ou sequer beliscado qualquer sentido ou emergências ponto dos seus corações arrancam nêste momento êsses entre queridos entregando os inteiramente pátria dando-lhes assim devotado orgulhosamente mais que própria vida stop seguida Presidente Câmara Municipal nome esta disse reiterá novamente preito lealdade vassalagem para com nação portuguesa feito manifestação dia dezoito perante S.Ex.^a Governador apoia segunda mensagem liga combatentes acrescentando dois pontos os bárbaros podem vir mas não passarão enquanto em Angola houver um português vivo stop Presidente Associação Comercial leu mensagem seguinte dois pontos Associação Comercial Loanda fundada capital Angola 1864 quando ainda algumas potências hole manifestam ambições coloniais nem sequer disfrutavam unidade nacional Europa vírgula seu nome e delegação expressa congêneres agricultores comércio indústria lojistas proprietários empregados comércio vírgula da inteira adesão perfilha calorosamente mensagem apresentada V.Ex.^a combatentes Grande Guerra que exprime sentimentos irmanam todos portugueses Angola sem distinção classes raças os quais nêste momento apenas pedem Govêrno nação os mande prepa-

rar apetrechar e confie sua honra valor defesa manutenção qualquer emergência desta parcela território nacional ponto e todos como um só homem mostraremos mundo se fôr preciso que não é aventura fácil nem isenta perigos menosprezar sagrados direitos nação portuguesa stop nome nativos falou Presidente Liga Africana cuja mensagem transcrevemos seguintes periodos os africanos Angola mais uma vez patenteiam V.Ex.^a legítimo representante soberania nacional nesta parcela império sua solidariedade portugueses ponto cidadãos de Portugal estamos incondicionalmente dispôr pátria amada pois não tendo conhecido outra língua nem outra bandeira jámais consentiremos que nêste sagrado torrão nos sejam impostos costumes línguas que nossas mãis nunca nos ensinaram ponto portugueses como aqueles nasceram continente saberemos cumprir nossas obrigações porque reconhecemos que quem têm direitos têm deveres cumprir stop durante leitura mensagem todos oradores delirante ininterruptamente aplaudidos multidão ponto S.Ex.^a Governador Geral rodeado magistrados altos funcionários oficiais terra mar agradeceu profundamente emocionado num brilhante improviso que arrancou indescritíveis aplausos afirmando que todos portugueses podem serena inteiramente confiar acção homens dirigem destino nação como esta confia lealmente patriotismo portugueses Angola stop de todos pontos colónia sem excepção alguma estão sendo recebidos cada momento dezenas telegramas exprimindo mesmos vibrantes sentimentos fervor patriótico indefectível lealdade dedicação pátria.

ÊSTE NÚMERO FOI VISADO
PELA COMISSÃO DE CENSURA

URBANISMO COLONIAL

POR ALBERTO JAIME DE AZEVEDO, ENG. I. S. T.

A resolução, tomada pela Câmara Municipal de Luanda, de contratar um arquitecto-urbanista para cuidar do embelezamento da cidade é digna de todo o elogio e merece ser posta em destaque como facto raro na vida de Angola.

Não há terra, por mais insalubre, por muito desprovida de encantos naturais que seja, que não possa melhorar de higiene e aspecto pela aplicação inteligente dos princípios do urbanismo.

É esta uma ciência relativamente moderna. A Academia Francesa, fazendo a revisão do seu dicionário, definiu urbanismo como sendo «a arte de construir, transformar e arranjar as cidades para maior comodidade dos habitantes segundo as regras da estética e da higiene».

O urbanista holandês Cassères considera-o como um capítulo duma ciência mais vasta—a planologia, que trata da distribuição racional da superfície da Terra.

Antigamente não havia urbanismo—mas havia pitoresco. Hoje, o pitoresco morreu, entre outras causas—porque já não há tempo para o apreciar. Dum modo geral, a Civilização, sendo artificial, mata o pitoresco, que é natural. A telha de Marselha, o fumo das fábricas, o ruído dos motores, a vida trepidante conspurcam a paisagem, alvoroçam a natureza, atropelam a beleza e arte primitivas.

Ora, nas Colónias, onde, digamos assim, o pitoresco por quilómetro quadrado é muito menor que na Metrópole—vastidões de mato e de capim, grandes como Portugais inteiros, e de onde em onde uma cidade, como oásis no deserto—nas Colónias impõe-se cuidar das aglomerações urbanas, tornando-as saudáveis, atraentes e confortáveis.

O facto de serem poucos êsses centros é mais uma razão para se promover com carinho o seu embelezamento, zelar-lhe com atenção a higiene, pela aplicação dum plano que seja o fruto de estudos vários: condições climáticas, possibilidades de abastecimento de água (sem a qual não há urbanismo que valha), materiais de construção, botânica, topo-

grafia, futuro económico, social e político, e até, com feição prática, o estudo psicológico dos habitantes.

O terreno, para a sementeira dessa intenção, embora ingrato, é neutro, se exceptuarmos duas aberrações que se manifestam em Angola: a fobia da árvore e a fobia da geometria. Assim, na maior parte das cidades e vilas da colónia observa-se o seguinte:

—Ausência dum plano de urbanismo ou falta de método no cumprimento do mesmo;

—Bairros afastados uns dos outros, desalinhado e desequilíbrio nas edificações;

—Arruamentos mal traçados;

—Falta de arborização;

e, por sobre tudo isso—desculpem-me o termo rude, mas próprio—muita porcaria.

Não podemos, evidentemente, aplicar a todas as cidades e vilas, às de clima salubre e às de clima doentio, às do litoral e às do interior, às antigas e às modernas, o mesmo urbanismo—padrão. No entanto, há um conjunto de regras gerais de urbanismo tropical e colonial, quais sejam as que dizem respeito a: traçado de ruas, pavimentação e arborização cientificamente estabelecidos; jardins, a que é necessário dar o lugar prepouderante que lhes compete, tirando partido da flora tropical; distribuição de água e luz, esgotos; fiscalização das construções sob o ponto de vista higiénico e estético. Finalmente, integrar toda esta elaboração no espírito da verdadeira colonização, marcando a separação, que não é tabique, mas degrau, entre povo colonizador e povo colonizado.

O bom senso, pilar do urbanismo, ajudar-nos-á a cumprir a tarefa.

Se o céu é cinzento e o ar é de fogo, não agravemos o caso com praças desertas cercadas por edifícios côr de túmulo!

Façamos avenidas longas à beira-mar, serpenteemos os mórros de ruas sinuosas, quadriculêmos de artérias largas os plainos, quebrêmos os cantos com flores, aterrêmos os brejos, plantemos árvores, muitas árvores—e não larguemos a vassoira da mão!

O VALE DO LIMPOPO E O SEU CAMINHO DE FERRO

POR NUNES DOS SANTOS

(Aluno da E. S. C.)

HÁ planos cuja architectura celebra o homem que os delineou, tal como na vida corrente os actos definem, quasi sempre, o estado de alma que os gerou.

Existe assim, por mais que prolonguemos as experiências, uma íntima relação entre a causa e o efeito, entre o princípio e o fim, como se a natureza pretendesse, a cada passo, confirmar a regra universal a sua regra. Dessa lógica interdependência nasceu talvez, para o homem primitivo, ao contemplar a arrumação do planeta em que vivia, a necessidade de considerar a existência de *alguém*, de um ente superior ao qual tudo estaria subordinado.

Assim teria acontecido no teatro imenso que é o Universo; assim acontece também— todos os sabemos—no *home* nacional, no ambiente mais restrito dos filhos da mesma pátria.

Mas, neste, como aliás em muitos outros casos, não será prudência demasiada recordar a opinião de Bertrand a respeito das conclusões a tirar da repetição de certos fenómenos: bastante certas quando esses fenómenos estão apenas subordinados ao acaso; menos certas, quando se trata de fenómenos sujeitos à acção livre dos seres humanos, acção que vem trazer ao encadeamento natural das causas e dos efeitos um elemento novo inacessível ao cálculo.

Assim, na vida cotidiana é vulgar acontecer que certos actos, aparentemente iniciados de determinadas situações futuras, são pelo homem modificados, torcidos, indo muitas vezes produzir efeitos inteiramente opostos aos que o raciocínio tinha previsto.

Eis o que aconteceu precisamente com a linha férrea que, partindo de Moamba, ao quilómetro 50 do percurso Lourenço Marques-Ressano Garcia, atinge Xinavane, já nas margens do Inkomatí (Km. 89).

Três foram as causas que originaram a construção desse trço, sem contudo constituir qualquer delas, a determinante da importância que posteriormente, veio a atribuir-se ao tão discutido prolongamento da linha para o norte.

Citou-se em primeiro lugar, a necessidade de dotar a zona açucareira do Inkomatí, com um meio de comunicação que permitisse, à empresa ali estabelecida, o fácil escoamento dos seus produtos para o mar.

Lembrou-se também e quasi simultaneamente, a conveniência de efectuar a ligação directa com a Rodésia, fazendo assim derivar para o porto de Lourenço Marques uma parcela importante do tráfego daquela colónia inglesa.

Finalmente, houve quem salientasse a possibilidade de ligar, pela mesma linha, os centros comerciais de Inhambane e Vila João Belo, cujas barras não permitem—sem um

Façamos aqui um parque, ali um miradouro, acolá um chalé, adiante um campo de jogos, mais adiante um bairro operário. Mas, tudo isso, façamo-lo com gosto, com beleza, com inteligência, como elementos dum todo harmónico e significativo.

E que o nosso plano tenha o cunho de ser feito hoje e exclua as velharias que

dão às cidades, que já o são socialmente, o aspecto material de aldeias grandes.

Para isso é necessário que o plano seja elaborado e executado por especialistas, e a Câmara Municipal de Luanda, resolvendo entregar o seu urbanismo a um urbanista, dá-nos um belo exemplo de são critério, de espírito moderno.

quantiosíssimo dispêndio—o acesso dos navios que normalmente fazem a drenagem dos produtos da colónia.

Discutiu-se bastante, fizeram-se estudos e, por qualquer dessas razões, ou talvez por tôdas, as máquinas entraram de rodar e o novo caminho de ferro viu aumentar, a passo rápido, as suas possibilidades e, até mesmo, as nítidas vantagens que para o Estado advinham da sua exploração. E tanto assim que, em 1927, a linha de Xinavane transportava já 39.608 passageiros e cerca de 12.000 toneladas de mercadorias em que, por certo, a Incomati States estava grandemente representada.

Outro factor, não menos importante, contribuiu também para elevar esta linha à categoria em que se encontrava já no ano citado: referimo-nos à riqueza pecuária e agrícola da região de Magude, onde o terreno é fértil, a população bastante densa e singularmente notória a actividade dos nativos nesses dois ramos da vida rural. Alguns indígenas conhecidos nós, possuidores de bastantes milhas de bovinos e que, seguindo o exemplo dos creadores europeus ali estabelecidos, estavam melhorando consideravelmente a exploração do gado, a ponto de quasi poderem concorrer com aqueles no fornecimento de carne aos maiores centros populacionais, nomeadamente Lourenço Marques.

Mas, o principal argumento justificativo da construção da linha de Xinavane e do seu prolongamento, só muito mais tarde foi apresentado.

De resto, factos semelhantes não são raros entre nós. Acontece muitas vezes pensar-se na realização de determinada obra, sem efectuar os estudos indispensáveis, esbanjando-se tempo e dinheiro, para mais tarde... escangalhar o que se tinha feito. Falta de saber? Não; muito simplesmente, falta de orientação.

Todavia, embora no caso de que nos ocupamos se tenha repetido, em parte, o nosso velho defeito e, para o tráfego normal até 1929, a linha fizesse apenas combóios em dias alternados, o certo é que os estudos posteriores vieram confirmar maravilhosamente a arriscada experiência do início.

A partir de certa data, a colónia, cuja vida orçamental tem girado bastante à volta da emigração para o Rand, começou a olhar para si mesma, procurando encontrar na extensão dilatada dos seus 760.000 quilómetros quadrados, uma riqueza do desfalque que

mais tarde ou mais cedo, será provocado pela suspensão da saída de mão de obra indígena para a África do Sul. E não lhe foi difícil constatar que, bem perto da capital, em terrenos outrora pisados e repisados pelas marchas arripantes de frágeis colunas militares, existia um tesouro incomensurável, tão grande, talvez, como o que serviu de alicerce à ultra-moderna Johannesburg.

A pouco mais de 200 quilómetros de Lourenço Marques, corre, fertilizando as margens que o banham, o Rio Limpopo, onde hoje se concentram, entre esperanças e receosas, as vistas de milhares de colonos. Verificou-se que, embora à custa de grandes dispêndios—nada se faz sem sacrifícios—, era possível realizar a irrigação da vasta zona que constitui a bacia daquele rio, donde, mais tarde, poderiam sair mercadorias suficientes para suprir as necessidades de tráfego de um caminho de ferro, não só sem perigo de perda, mas até com bastas probabilidades de amortizar o capital empregado.

Foi então que o ramal de Xinavane assumiu na economia da colónia de Moçambique a importância que, dia a dia, mais aumenta.

Quando, em 1930, prestámos serviço em Magude, assistimos a alguns trabalhos da brigada que, sob a orientação inteligente do sr. Engenheiro Granger, actual Director das Obras Públicas da Colónia, estava a fazer o levantamento do traçado e a estudar a melhor maneira de levar ao Limpopo a influência benéfica da linha férrea.

E quantas vezes, nas lojas atravancadas dos *monhês*, ou por entre o estoirar discreto das *«Girl Brand»*, ouvimos palavras de desalento, frases repassadas de uma indizível amargura, como se a irrigação do Vale do Limpopo e a construção do respectivo caminho de ferro fizessem já parte das quimeras destroçadas pelas peias burocráticas. Para muitos, o dinheiro gasto com os estudos, as canseiras dos rapazes da Brigada e o plano de futuros melhoramentos, não passavam de meros reclames, processo prático mas pouco eficaz de atrair simpatias.

Para mais, a construção implicaria grandes obras de arte, aterros consideráveis, coisas enfim, que, na opinião de certos colonos iletrados mas atrevidos em seus juízos, constituíam obstáculos intransponíveis... para a geração actual.

Mal cuidavam, porém, êsses colonos que, em lugar de atravessar uma época de crise,

de desalento e de miséria, o Portugal de hoje está disposto a gravar mais uma página da sua História, dessa História brilhante cuja origem remonta já a mais de oito séculos.

Na hora que passa, abalada por um profundo desejo de renovação, a alma nacional meteu mãos à obra, despojou-se nobremente do manto de torpor em que estivera envolvida e iniciou o segundo quartel do século XX com a noção plena dos seus deveres de Terceira Potência Colonial.

E a linha do Vale do Limpopo começou a construir-se.

Por sobre Rio Chassimo estende-se já, num grito vibrante de civilização, a passagem provisória por onde transitam materiais, homens e a inércia indispensável à realização do grande empreendimento. O pequeno apeadeiro de Magude, de futuro transformado num concorrido entroncamento, vive já as grandes horas, sentindo partir de junto de si, no seu paralelismo enervante, a estrada férrea, como outrora viu passar, a caminho do combate, as hostes guiadas pelo Pendão das Quí-las.

E Moçambique avança. E a verdadeira ocupação do nosso século continua, para glória nossa e despeito dos outros.

Que digam agora, aqueles colonos desanimados, se o projecto, se transformou em realidade! Que nos mostrem agora ondes es-

tão os escolhos, as dificuldades, os obstáculos intransponíveis!

Para bem de Portugal e do Império, a raça possui ainda, vibrante, persistente, o *élan* que sempre a levou ao campo das realizações.

E no dia em que, por entre o alarido imponente de milhares de bocas, a primeira locomotiva chegar ao Limpopo, a Mãe-Pátria terá soldado mais um elo da cadeia que a prende ao seio ubérrimo da colónia de Moçambique.

. . . o . . .

Caixa Económica Postal

O sr. Ministro das Colónias telegrafou para o Governo Geral de Angola, concedendo o prazo de mais seis meses, que terminará em 31 de Dezembro do ano corrente, à Caixa Económica Postal, para que resolvidos fiquem todos os assuntos que se prendem com um decreto publicado pelo qual todos os depósitos do Estado deixam de se fazer naquela Repartição para o serem no Banco Emissor da Colónia. No mesmo telegrama, o ministro recomenda à Comissão Administrativa da Caixa Económica Postal a necessidade da redução de despesas com o pessoal privativo naquele estabelecimento, e ainda da de gratificações por serviços prestados extraordinariamente.

ANGOLA



Transportando a colheita das Lavras

O Instituto de Medicina Tropical e a sua função

Por ALVES DE AZEVEDO

PELA lei n.º 1920 foi criado o Instituto de Medicina Tropical com funções de ensino cultura e investigação das ciências ligadas àquele ramo de saber humano.

Traz um programa vasto que prevê trabalhos de laboratório na Metrópole e missões de estudo e investigação nas Colónias Portuguesas, e que integrado num plano geral de estudos coloniais servirá certamente para valorizar ainda mais se possível os nossos excelentes métodos de colonização.

Anualmente conforme dispõe a lei citada organizará o Instituto uma missão de estudo e investigação às colónias portuguesas e sempre que as circunstâncias o aconselharem organizará missões extraordinárias.

Acumula as suas funções de organismo destinado à investigação científica com a de Escola Superior de Medicina Tropical em que serão especialmente ensinados cinco ramos desta ciência: Higiene, climatologia e geografia média; Patologia exótica e clínica; Zoologia médica compreendendo entomologia e helmidologia; Hematologia e protozoologia; Dermatologia e micologia tropicais. Este curso que só poderá ser tirado por médicos é o único que autoriza o exercício de medicina nas nossas colónias.

Entre os vários aspectos da remodelação intensiva a que estamos assistindo na administração pública do Império não é este dos menos significativos, pois interessa à saúde dos colonos e funcionários, procura melhorar as suas condições de estabilidade e resistência perante os factores agressivos do clima das zonas tropicais e ainda porque diz respeito directamente a tudo que se refere à assistência médica aos indígenas, preocupação da qual só temos de que nos vangloriar pelos benefícios que têm trazido às raças sob a nossa tutela.

É justamente ao encontro da objectiva desta natureza que foi criado, em substituição

duma Escola que aliás soube marcar para a ciência portuguesa, desde a sua fundação em 1902 um lugar notável nos congressos e conferências internacionais o Instituto de Medicina Tropical, isto em virtude da necessidade hoje cada vez mais premente de dar uma séria atenção ao serviço médico nas colónias e ainda para que todos aqueles que desejam exercer a sua profissão no ultramar possam estudar antes da partida o diagnóstico e as afecções dos países quentes.

Sem querer insistir no papel extraordinário que os organismos desta natureza têm na assistência ao indígena até mesmo pela renovação constante dos conhecimentos que traz ao médico que vai exercer clínica no ultramar, desejo pôr em relêvo o aspecto da assistência à saúde do funcionário e a atenção para a sua restauração orgânica, excelentes processos de administração colonial porque embora o retemperar dos funcionários na Metrópole envolva despesas, estas são sobejamente pagas sob a forma de energias novas para os beneficiados.

O sr. Dr. Silva Neves, Director de Saúde do Ministério das Colónias, em bem elaborados trabalhos tem defendido este ponto de vista preconizando a difusão de hospitais — género do Gerez — para funcionários coloniais.

O sr. Ministro das Colónias, com a largueza de vistas que ditou a lei 1920 criadora do Instituto de Medicina Tropical não pode deixar de ser credor do reconhecimento de todos aqueles que pensam que a Colonização é hoje, acima de tudo, trabalho de homens de ciências.

Disse o Marechal Lyautey:

«Em verdade a expansão colonial tem as suas rudezas: não é cousa que não mereça por vezes censura e tem as suas taras mas de alguma cousa a nobilita e a justifica é a acção do Médico compreendida como uma missão e um apostolado».



Página literária

OS portugueses que na vida quasi sempre mais fácil e muitas vezes mais agradável da Metrópole, confraternizam com os seus Irmãos de Além-Mar, encontram nêles não só motivos de aprêço e louvor, como exemplos do mais fervoroso Amor Pátrio que seria para desejar que fôssem seguidos.

E no entanto o escalracho daninho da imperfeição no interêsse desinteressado pelas colónias, cresce ainda, de espaço a espaço, pelos amenos e saudáveis caminhos de Portugal continental.

¡Que imperdoável contraste o do egoísmo que suga a beleza da paisagem docemente embaladora, a nobre vitalidade da própria Terra-Mãil!

Gozar a paz relativa que é pelo menos o repouso da luta constante com o clima, é absolutamente legítimo.

Não persistir em qualquer plano (por mais

“O Tabernáculo Africano,”

por

Berta Leite

(«O eco de Quelimane que tão patriòticamente res-
«pondeu ao grito de alarme: **Alerta por Portu-
«gal!**, é a transformação de uma esperança bem
«fundada na consoladora certeza da eterna supre-
«macia do Heroísmo Nacional sobre a **Fôrça da
«cobiça estrangeira. Um agradecimento particular
«—mesmo a um desconhecido—quando êsse des-
«conhecido oferece a sua Vida em Holocausto a
«uma Pátria comum, seria mesquinho. Aqui lhe
«fica pois públicamente a **Bênção de uma portu-
«guesa agradecida**»).**

gigantesca da unificação do Império Colonial? ¿Porque não toma cada português para si, uma parte ínfima mas bem cumprida nesse esforço colossal de mostrar ao mundo que ainda somos quem fomos, para continuarmos a ser na futura História do mundo, os felizes súbditos do Infante D. Henrique?

A insatisfação é o segredo do triunfo.

A rara noção do muito que há a fazer possuem-na apenas aqueles que, a-pesar-da

(Conclue na página 12)

vago que seja) que possa contribuir para o engrandecimento do nosso Património Colonial,—só porque à idea desanimadora da distância se segue freqüente e comodamente a desistência, é mais que criminoso, porque é imoral.

¿Porque se não chega (quantas vezes!) a completar, senão a abominável injustiça do abandono?

¿Porque se deixa apenas o Governo a braços com a obra

MOÇAMBIQUE



Viveiros de coqueiros no
Licungo

CARTAS DA ZAMBEZIA

POR FRANCISCO G. DE LACERDA

VOLTAMOS hoje à vaca fria, como se costuma dizer, ou seja, a divisão da Província de Moçambique, em três.

No final do nosso modestíssimo artigo, sobre este tão importante assunto, deixamos ver a necessidade que, no futuro, quando os territórios hoje administrados pela Magestática Companhia de Moçambique, passarem para a administração directa do Estado, e a Sede da Província da Zambézia, para a Beira, de ser criada, uma quarta Província.

Mas, duma maneira ou doutra, só com esta divisão, é que, a unidade administrativa de Moçambique se conseguirá, dentro de breves anos, sendo então, a colónia mais rica, e poderosa do nosso Império Colonial.

Não podemos deixar de aqui tributar-mos, o maior respeito, pela memória do grande estadista, Júlio de Vilhena, que foi como anteriormente dissemos, o autor do decreto de 30 de Setembro de 1891, que criou o "Estado da África Oriental,,".

A pecha que todo o português tem de, com a mesma facilidade com que esquece os mortos, malsina os vivos, não a conhecemos ainda, na avançada idade, a que Deus nos deixou chegar.

Parece, que o espírito, de tão ilustre morto, veio muitos anos depois, encarnar-se, no ex-Ministro das Colónias

Dr. Armindo Monteiro, que, entre outros tão grandes, e importantíssimos problemas coloniais, deixou o seu nome, para sempre ligado ao maior de todos, a divisão da Província de Moçambique.



Por vezes temos dito que a Zambézia antigo distrito, hoje Província, é de todos o que tem maior exportação, e rendimentos avultadíssimos. Chegam a 40 e 50 mil contos (à antiga) hoje escudos, e a 800 mil libras a exportação, desta tão rica, querida e abençoada terra da Zambézia, que necessariamente irá aumentando, à medida que as plantações feitas, forem produzindo. É indubitável, que tem capacidade, para muito mais produzir, induzindo-se, o indígena, ao desenvolvimento agrícola, no seu próprio interesse, e da comunidade em geral, e fazendo-se novas plantações, quando a crise que atravessamos, o permitir.

¿ Poderão os interesses da Zambézia, ficar em plano secundário, aos dos territórios da Companhia de Moçambique, quando estes entrarem na administração directa do Estado ?

Compreendidos entre o Save e Zambeze, têm uma área de perto de 15 milhões de hectares, divididos em 17 circunscrições, onde se têm feito importantes obras e valiosos trabalhos na agricultura, comércio, indústria, obras do seu pôrto, etc.

O antigo distrito de Tete, tem 8 circunscrições, o de Quelimane 11, ou sejam 19, com 17 da Companhia de Moçambique, faz 36.

¿ Não será uma área enorme para uma só província ?

¿ Não começará a haver rivalidades e lutas, em defesa dos interesses dum, e doutro ?

¿ Não se poderá censurar a autoridade, que então estiver à frente dessa Província, de prestar mais atenção à Beira do que a Quelimane ?

¿ Não poderá haver primazias, e atenções demasiadas, para este ou aquele território ?

Todos têm tendência para se desenvolverem, e interesses próprios criados.

¿ O pôrto da Beira hoje com o seu Transzambezião, e ponte sobre o Zambeze, já dotado com todos os apetrechos modernos, não ficará só em campo, com manifesto prejuízo do de Quelimane, Macuze, Pebane ?

Todos têm direito à vida, e fazem parte integral do nosso Império Colonial, e, há muito reclamam melhoramentos, ainda não obtidos.

A Zambézia tem hoje rendimentos que lhe chegam de sobra, para as suas despesas, assim como os territórios administrados pela Companhia de Moçambique, portanto dê-se a César o que é de César, e não venham no futuro os interesses deste, brigar com os da Zambézia, região tão regada, com o sangue heróico dos nossos soldados, a maior, e mais genuinamente portuguesa, de todo o nosso Império Colonial.

Talvez estejamos em êrro, pelo nosso sistemático pessimismo. Deus o permita, mas como propagandista e defensor desta tão abençoada terra da Zambézia, onde há 42 anos temos vivido, lutado e trabalhado, muito receamos que tal aconteça.

“O Tabernáculo Africano”

(Conclusão da página 10)

máxima actividade dispendida pelas suas infatigáveis inteligências, consideram sempre que não fizeram ainda coisa alguma digna de menção, seguindo sem desfalecimento uma extenuante missão de Apostolado sublime!

¿ Há sempre a-pesar-de tudo descontentes insaciáveis ?

Fechemos os olhos.

A hora é de união.

Nem sempre é com benefícios que Deus acode a beneficiar as nossas intenções mais puras.

Como Jesus no Deserto recebe imaculado a expansão das almas fiéis que melhor se elevaram no isolamento,—a maior glorificação da Pátria portuguesa que tem a seus pés o espírito vivificador dos seus Filhos dilectos por mais saúdosos, é hoje indiscutivelmente o Tabernáculo Africano: Emquanto Portugal é o Corpo da Pátria Bemdita,—a África é a sua mais sagrada Eucaristia.

¡ Santificado seja o nome de Portugal!
¡ Aquém e além mar, santificado!...

Agosto, 1935.

ATRAVÉS DA GUINÉ

Ouvindo o Administrador duma Empresa Agrícola

Encontra-se a Sociedade Agrícola do Gambiel, Lda, propriedades da C.^a Industrial de Portugal e Colónias situada na área da Administração da Circunscrição Civil de Bafatá, Aldeia de Cuhor, junto ao rio Gambiel, donde lhe vem o nome.

Julgámos conveniente, por ser a única Empresa agrícola, visitá-la e ouvir o seu Administrador.

Sebastião Nunes d'Abreu, ao saber o fim da nossa visita, recebe-nos com a franquesa ribatejana, convidando-nos a visitar as instalações da Sociedade.

Em todos os cantos se notam amontoadas máquinas várias, agrícolas e industriais, umas inutilizadas, outras reparadas mas inadapáveis por antieconómicas, todas elas adquiridas pela Companhia do Fomento Nacional, Companhia, que, mais reparo fez, nas instalações de maquinaria grandiosa,—espécie de museu para visitantes,—do que máquinas práticas que dessem resultado na agricultura que se propunha explorar.

Junto à residência noto um terreno lavrado e a curiosidade leva-me a fazer perguntas sobre essa faixa de 4 a 5 hectares.

—Uma experiência de feijão manteiga.

—E fala-nos sobre tal sementeira, mostrando-nos as

possibilidades, se não de exportá-lo, pelo menos de abastecer o mercado da Colónia.

Inquirimos então :

—Qual a razão porque a Sociedade que dirige se destina unicamente à plantação de cana-sacarina e sua destilação ?

—Amão d'obra é difícil de conseguir, não só porque o indígena não quer trabalhar sem que para tal seja obrigado, como também é um ponto de interrogação o auxílio que a autoridade possa prestar; por isso tenho que deitar mão a uma cultura em que o emprêgo de mão d'obra, seja o mínimo para um máximo de rendimento.

—Qual a sua produção ?

—A maior foi de 50.984 litros não sendo de 200.000 litros, como era o meu programa,—produção suficiente para o abastecimento da Colónia e necessidades da vida económica da Sociedade,—porque os ataques dos gafanhotos têm sido anuais e a sua defesa impossível.

—Não há meios de defesa, porque no estado de alado é impossível tê-la e enquanto saltão, o indígena sempre ocioso, afujenta-os em vez de os matar. D'ahí a impossibilidade do meu programa.

—Qual tem sido a orientação seguida por V. sobre angariação de pessoal?

—Em 1930, ao assumir a administração desta Sociedade, vindo de Angola, julguei útil proceder como ali. Avistando-me com o ex-Intendente Snr. Vasconcelos da Fonseca, afim de me indicar os locais onde poderia angariar pessoal, foi-me por êste respondido que tal não seria possível na área da sua Intendência, porque se o indicasse *êle jogaria pela certa o seu lugar.* (sic).

Vendo a impossibilidade de tal fazer, em virtude talvez da má interpretação do Decreto que tal regula, deixei cancelar a licença de recrutamento, e limitei-me a aguardar que de tempos a tempos aparecesse um indígena ou outro, para os serviços a que voluntariamente se prestavam, e hoje trabalho dentro do artigo 134 do Código de Trabalho Indígena.

—É êste pessoal bom para os trabalhos agrícolas?

—Não. Êle faz-me recordar, aqueles toiros que na minha região, são escorraçados da manada! Estes, também foram escorraçados do seu viver indolente, para o pôrem aqui em prática, e sempre, com prejuízos para aqueles que pretendem trabalhar.

Mas como são estes os únicos que existem, há que recebê-los.

—Acha V. de boa política para a economia do Império a destilação de aguardentes em África?

—Não. O que seria necessário e interessante era a infiltração dos nossos vinhos nos mercados coloniais, problema que há tantos anos se debate sem resolução, e que iria resolver e crise vinícola do nosso país.

—Quais as culturas que se poderiam levar a cabo na Guiné?

—A cultura do arroz principalmente, por processos modernos. Como a Metrópole necessita duma importação de 50.000 contos apròximadamente, daquele produto, e a Guiné tem terrenos, com as qualidades telúricas apropriadas e um clima e as estações do ano agrícola convenientemente adaptáveis, podia produzir muito apròximadamente a quantidade que a Metrópole necessita. Mas para isso, são necessários capitais metropolitanos que hoje me parece não se deslocam d'ali facilmente.

—Acha que a Gambiel devia ter um descasque de arroz?

Sim, descasque unicamente, porque exportando-o em meio preparo economisa o frete da casca e obriga também o descascador da Metrópole a valorisá-lo, visto o arroz Colonial depois de beneficiado ser tão bem aceite no

mercado como qualquer variedade d'ahi. A Guiné só deve produzi-lo e descascá-lo.

—Há possibilidades de conseguir mão d'obra na Guiné?

—Sim. Basta que se cumpra o Código de Trabalho Indígena, tendo em vista que o Governo da Colónia só teria a lucrar com a obrigatoriedade de trabalho, pois o indígena, vivendo na indolência que lhe é peculiar, desperdiça o tempo em prejuízo da economia da Colónia. Tal medida, não efectuará a economia do indígena, porque a Colónia da Guiné, é privilegiada em densidade de população.

Guiné, 20-8-935.

SOCIEDADE AGRICOLA DO GAMBIEL, L.^{DA}

End. Tel. GAMBIEL

Aldeia do Cuhor

BAMBADINCA

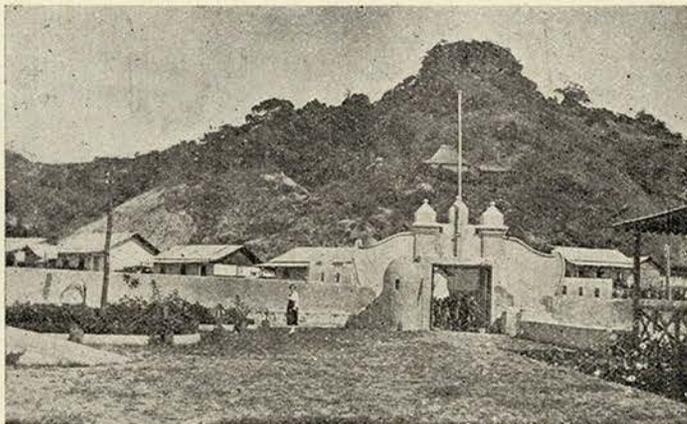
PLANTAÇÕES DE CANA

SACARINA

E

FABRICO DE AGUARDENTE

TIMOR



Interior da Fortaleza
de Bobanaro

O IX CONCURSO DE LITERATURA COLONIAL

POR MANUEL DE JESUS PINTO

Com o pedido de publicação recebemos a carta junta que gostosamente publicamos. A "Portugal Colonial", pertence aos seus leitores e estes têm sempre as nossas colunas á sua disposição quando se apresentem correctamente.

Desconhecemos a obra e as circunstâncias que levaram o júri a eliminá-la, pelo que nos abstemos de manifestar qualquer opinião sobre o assunto. Apenas julgamos que o número insuficiente de páginas nos não parece razão literária de exclusão.

ENTUSIASMADO, como de-certo muitos outros, que se atiraram para as colónias de Portugal que amam, e por muito as amar nelas fazem inteiramente a sua vida, fui levado pelos azares da minha paixão a escrever um trabalho que apresentei este ano ao IX Concurso de Literatura Colonial.

Procurei, para isso, atender às condições do regulamento, cujo decreto o Governo da República promulgou e muito bem, tendo em mira o subido interesse do Império Colonial, no louvável empenho de propagandear o nosso valor. Das três categorias estabelecidas seduziu-me a primeira e assim escrevi uma novelasita, preocupando-me a idea de conduzir o meu trabalho honestamente, com elevação, já que não possuo excepcionais recursos literários nem o necessário valor mental para exaltar um romance de vulto, colorido, *sob o manto diáfano da fantasia*.

Nas actas do Júri, cujo extrato os jornais publicaram, lê-se esta passagem respeitante ao meu trabalho:—«*Por não terem os números de páginas suficientes, foram excluídos os seguintes: «O Convite» por Manuel de Jesus Pinto*». O número mínimo de páginas exigido pelas condições do Concurso é de 200, obras impressas, bem entendido, formato oitavo, e o estrito cumprimento das mesmas condições só dignifica o Júri. A exclusão do meu traba-

lho por aquele motivo não podia nunca contentar-me, deixar-me despeitado ou fazer com que eu fuzilasse pelo menos provisoriamente, com abafadas blasfémias, os vogais que fizeram aprovar tal afastamento—se por uma questão de opinião ou má vontade o caso se entendesse. Porém, admitindo esta hipótese muito embora mal fundada, tenho de confessar o esmorecimento em que me deixou a leitura daquelas palavras, e tenho de esclarecer o que a tal respeito penso.

A minha obra, que não se destinava decididamente a causar a admiração do mundo, nem a produzir a celeuma de «Auá», mas que era honesta e talvez de incitamento pelo muito amor às coisas do Império que nela se revela, apresentou-se dactilografada, a um espaço, em 75 fôlhas de texto em papel de máquina 28×22. Bem sabia eu que os trabalhos admitidos nestas condições, no caso de serem premiados, teriam depois de apresentar-se impressos com o número de páginas nunca inferior a 200, formato oitavo. Ora «O Convite», impresso no formato exigido, em corpo 10 (já não digo 12) devidamente espaçado, atingia a meu ver o número de páginas das condições do Concurso. Prèviamente atendi a esta circunstância, e da forma de composição tinha eu instruído a entidade encarregada da edição do livro. Perante o que aconteceu, uma grande dúvida me envidiui quanto ao exame detalhado que, para o efeito desejado, o meu trabalho poderia ter merecido.

Se foi o receio de haver probabilidades de ser premiado e não conter o número suficiente de páginas, não houvesse apreensões a tal respeito, porque, uma vez impresso, o livrinho se apresentaria com elas sem todavia ser necessário recorrer ao expediente de alguns autores admitidos a outros concursos, que fizeram ocupar duas páginas para a enu-

meraço de cada capítulo, e não foram excluídos pelo facto.

Posto êste caso, que me cumpria esclarecer para justificar o meu amuo ou despeito, analizemos rapidamente a obra, à qual os meus admiradores íntimos, muito embora na estreiteza do meu patamar, dipensaram lisonjas dando-me incitamento com efusivos abraços, e ainda agora anda de mão em mão a cópia com que fiquei.

O seu enrêdo aparentemente simples, embora não seja de um ineditismo absoluto, foi louvavelmente engendrado, cedendo ao poder de vontade, num sublime intuito de exaltação da Pátria e do sentido colonial.

Servindo-me de uma legenda do insigne escritor colonial Sr. Gastão de Sousa Dias, para quem o altar da gloriosa terra portuguesa é uma chama viva a iluminar o mundo, atraí os heróis da minha novela das saúdosas serras do Norte de Portugal para êste vasto e querido Sul de Angola. Fi-los viver o drama da separação da família, atirei-os para o desastre traiçoeiro de Naulila, sujeitei-os aos maiores perigos, às grandes privações, às maiores dores em holocausto do património sagrado numa aventura própria da raça; prolonguei-lhes o voluntário destêro fazendo-os transitar, acalmada a hecatombe da Guerra, para a paz do trabalho intenso na desbravação de latifúndios enormes; juntei-os numa colaboração comum com os colonos madeirenses fundadores da risonha cidade de Sá da Bandeira; dei-lhes a compensação e a fartura; desafrotei de infâmias aqueles que a infâmias tinham sido sujeitos, rehabilitei-os nobremente, e ao fim de duas décadas de martírios e amarguras, *matei-lhes* a Saúde que os avassalou e a que estoicamente resistiram, coroando-lhes a obra e a história de amor puro numa tentativa sublime de surpresa.

A alma da Pátria, a alma dos portugueses envolta em todos os fados e presa a todos os fatalismos da sua condição, ali se patenteia queimando-se no seu intenso amor pela terra sagrada e arrostando a continuidade do seu querer.

O livro tem, necessariamente, a elevação do sentido pátrio e colonial. O seu tema agrada, embora não tenha o colorido da prosa, os rendilhados da frase, etc. Possivelmente terá defeitos também e isso não me desconsola.

E triste ter de caber a mim a exaltação piegas dêste trabalho levado ao Concurso,

do qual foi excluído. Mas é assim mesmo: o momento exige que eu o faça, e já ficam de sobreaviso aqueles a quem eu hei de pedir uma crítica amiga se o volume vier à luz. Suponho, pois, que êle não foi digno sequer de leitura, mas ainda que o fôsse, necessariamente viria cair nesta opinião exarada na acta:—«... e em nenhum encontrei episódios ou frases que me prendessem a atenção que me obrigassem a leitura minuciosa.» Leram? Então nestes casos, os livros não são para ler com atenção, minúcia, etc.? Os espectadores da tragédia de Tróia não ficariam mais abismados! Que isto de ler aquilo que outros escrevem, principalmente quando o ninho fôfo da glória nos acalenta, e lê-los em pouco tempo, é sempre uma grande *chaticce*. Tenham a bondade de desculpar o plebeísmo, mas passa-se por êles como os cães na minha terra passam pelas vinhas em Novembro.

Quem vive aturadamente nas colónias para cima de dez anos, votando-lhe um amor natal, sentindo-lhe a vida em todos os seus mistérios, gemendo ao péso de sacrificios e das saúdades da família e da terra que se deixou, esforçando-se com nobreza pelo engrandecimento do Império, pelo qual o Governo da Nação se interessou com rasgos decididos criando um Concurso anual de literatura afim de revelar os nossos valores, —não pode olhar com indiferença sanções —pouco descabidas. É muito triste que qualquer Zé Malagueta desconhecido, que nunca pisou terras coloniais, queira alguma vez apreciar assuntos que não conhece!

Não julgue o amável público, porém, que estes desabaços sejam de despeito, porque estaria esperançado em algum prémio. De consolação, no entanto, não são. O livro será publicado e êle testemunhará o que digo. Entretanto se teimarem em crêr que sou um despeitado, curvo-me, e não tenho outro remédio senão peitar-me.

Sá da Bandeira, 23 de Agôsto de 1935.

— • • • —

Transporte de malas de correio

Foi assinado entre o Governo de Angola e o Caminho de Ferro de Benguela um contrato para o transporte de malas de correio, o qual tem de ser aprovado pelo Governo Central, que mandou ouvir sobre o assunto as estações superiores do Ministério.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

A opinião mundial segue ansiosamente as diversas fases do conflito italo-etíope, por toda a espécie de informações, novas negociações, discursos, entrevistas, etc., etc. Em geral os factos mais comentados são os que menos interesse têm; em compensação deixam-se de lado os pontos mais importantes.

Efectivamente, a imprensa não parece estar ao facto dos aspectos especificamente africanos, os mais essenciais, e a Etiópia, dos países de África, é um dos menos conhecidos. Não acabamos de ver "revelar-se," pelos jornais políticos, ainda há poucos dias, a existência do tratado de 1925 relativo ao lago Tana, de que falámos há meses. Acrescentemos que esta delimitação anglo-italiana das zonas influentes na Abissínia, nunca foram um segredo.

As posições aparentes são actualmente as seguintes: a Itália fez para os seus preparativos de guerra, enormes sacrifícios em dinheiro — calculamos perto dum bilião — e juntou em África mais de 200.000 homens de tropas brancas (e notemos desde já, que a expedição para além-mar destas divisões meridionais, não enfraquece as suas capacidades na fronteira austríaca). Depois deste esforço, a Itália não pode nem

quiere, por respeito para com a opinião pública, declarar-se satisfeita com umas concessões. A Itália lutará para obter territórios susceptíveis de serem povoados por brancos, regiões de colonização europeia. Encara a supressão da escravatura, o melhoramento de condições de higiene e de civilização dos abissínios, como corolário da sua política colonizadora, porque esta acção é, não só uma questão de prestígio colonial, mas também de excelente economia política. O interesse italiano é idêntico ao dos indígenas.

O Négus, aproveita o compasso de espera que lhe oferecem as últimas semanas de chuva, da época das chuvas, — fim de Outubro, a metade de Outubro, conforme a região — para lutar contra o seu inimigo italiano, pela diplomacia, a trazer da Inglaterra.

Com a época seca, principiaram as hostilidades: um resultado diplomático, deve portanto intervir rapidamente.

Ora, o Négus é hábil, utiliza admiravelmente a ignorância dos europeus para dar às suas propostas aspectos

de concessões, guardando para ele um benefício maravilhoso da sua altitude conciliadora... de aspecto.

A tróco dum acesso ao mar (o que nunca a Etiópia teve — desde há muitos séculos) o Négus aceitaria ceder aos italianos vários territórios na Ogadem. Os italianos não podem aceitar isto porque a Ogadem é muito simplesmente um deserto sem água, nem possibilidades de vida. Tal presente não lhe custaria caro, visto que a sua autoridade no tal Ogadem é tão fraca que nunca pôde, ou nunca quis impedir os nómadas do país, irem à Somália italiana e francesa, praticar razias, roubos e até assassinatos.

A Inglaterra, vê a situação muito difícil; as eleições inglesas realizar-se-ão em 1936 — a desavença para o seu governo, vem cedo demais.

Os governadores para substraírem em trampolim eleitoral a opposição (levam os meninos nas palminhas) fazem um pacifismo integral, procuram entenderem-se com a Alemanha, querem impedir à Itália a sua expansão fazendo a guerra fora, a posição europeia dos signatários de Stresa, penhor de tranquilidade alemã, e por outro lado, querem apoiar a fundo a S. D. N. — uma S. D. N. sem prestígio e sem força, sem a sorte de ver a Alemanha voltar a ela, e a Abissínia faz

parte da S. D. N.! Se a guerra se declara entre a Itália e a Abissínia podem-se dar dois factos: ou a Itália conquista rapidamente o país, ou tem de fazer um esforço que enfraquecerá a sua situação na Europa e portanto o poder dos signatários de Stresa. A segunda eventualidade contraria a política "alemã", da Inglaterra, a primeira, contraria a política interior do governo inglês. A Inglaterra não querera admitir que a Itália deite a mão à bacia do Alto-Nilo, quer dizer, o lago Tana. Mas, um acôrdo com a Itália sobre uma partilha de protectorado, o Godjam indu, até a Inglaterra, daria a opposição para as eleições, a possibilidade de acusar os conservadores — o governo actual — de política imperialista, de desprezo pela S. D. N., de conquistas capitalistas (as águas do lago Tana são necessárias às plantações de *coton* no Sudam), etc., etc...

Emfim, o contróle inglês no estreito de Bab-el-Nandeb, seria precário, tendo uma colónia italiana perto, uma margem ao pé.

(Conclue na página 19)

C O L O N I A L

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

É já do conhecimento dos nossos leitores a notável nota fornecida ao país pelo sr. Presidente do Conselho. Todavia não podemos deixar de arquivar nas nossas colunas o capítulo referente à Política Colonial.

São ociosas quaisquer palavras encumiásticas sobre o valor e importância deste documento que a população das colónias compreenderá e sentirá intensamente.

Muitas das afirmações desta exposição devem aparecer dentro de poucos dias completamente deturpadas, serão voltadas do avesso nos estreitos círculos agitados da vida política portuguesa; mas os homens de boa fé sabem que lhes falo sempre com verdadeira sinceridade.

A tentativa de alteração da ordem pública na última semana, a especulação feita à roda de algumas medidas do Governo, a pesada atmosfera internacional, os boatos postos a correr acerca das colónias de África, os trabalhos pendentes e as providências que no seio do Governo estão recebendo a última demão tornam excepcionalmente oportunas certas considerações: espero ser claro como sempre, mas desta vez — deverei nalguns pontos ser mais concreto do que nunca.

Questão colonial

Um dos pontos salientes da aliança inglesa não podia deixar de ser o reconhecimento e defesa da integridade das nossas colónias, exactamente porque Portugal constitui com as suas colónias um todo, em virtude de um pensamento governativo que se fez pelos tempos fora realidade política.

De quando em quando há rumores que excitam os animos desconfiados: a irritação demasiada em face de boatos inconsistentes demonstraria fraqueza e falta de confiança. As manifestações do nosso patriotismo, providencialmente sempre atento e vivo, não podem ser de molde a poder-se deduzir que nós próprios não temos bem a certeza dos nossos direitos nem a força para os fazer respeitar.

Houve boatos a propósito do Pacto dos Quatro e mais recentemente a propósito das negociações de Riben-

trop em Londres: ali teria sido a Itália e aqui a Alemanha a pôr o problema das colónias portuguesas. O sr. Mussolini declarou terminantemente não ter qualquer pretensão colonial contra os interesses e direitos portugueses. De Londres o governo inglês fazia saber nada se ter tratado que dissesse respeito a colónias portuguesas. O Governo sossegou a opinião pública, fundado em tão categóricas afirmações: pôr em dúvida, como já se fez, as declarações dos governos estrangeiros é ter em muito pouca conta a seriedade pessoal alheia e a dignidade do poder nas respectivas nações.

Por vezes vêm em certos jornais estrangeiros — sobretudo franceses com notícias que se dizem oriundas de Londres — boatos de venda, cessão, divisão das nossas colónias. O último era particularmente absurdo, porque ainda feria a velha nota de um empréstimo externo solicitado por Portugal. Foi uma ideia com que ficaram desde a tentativa de Genebra os inimigos da actual situação e que de vez em quando exploram nos seus manifestos políticos.

Aparte esta fonte outra haverá. De quando em quando o boato espalhado pelo Mundo procurará manter vivo um problema e determinada linha de solução; e não está na nossa mão impedir os juízos de políticos ou diplomatas acerca deste ponto: há problemas postos nalguns países que se resolveriam facilmente se as colónias portuguesas, belgas ou holandesas estivessem sobre a mesa para serem divididas. Por nossa parte a única dificuldade está precisamente em não querermos. E é por esta razão que o perigo não existe.

Eu cuido que as nações coloniais estarão dispostas a encarar em comum os problemas actualmente postos, e estranho que homens de grande responsabilidade, para afastarem perigos eminentes, se tenham disposto a aceitar o bem fundado de princípios de que não se nascem grandes dificuldades futuras. Um pouco ligeiramente se têm aceite, ao menos como pontos a esclarecer e a discutir, ideias que são erros em demografia, erros em economia, erros em política, erros em administração colonial. Mas as nossas posições estão marcadas e não-de ser mantidas.

Política Colonial

Uma nota do sr. Presidente do Conselho ao País

Do "Diário de Notícias,"
de 20 de Setembro de 1935

Reproduz-se do discurso de 1 de Junho de 1935 as seguintes passagens: "É na verdade com o mesmo critério de nação, agregado social diferenciado, independente, soberano, estatuído, como entende, a divisão e organização do seu território, sem distinções de situação geográfica, que nós consideramos, administramos, dirigimos as colónias portuguesas. Tal como o Minho ou a Beira é, sob a autoridade única do Estado, Angola ou Moçambique ou a Índia. Somos uma unidade jurídica e política, e desejamos caminhar para uma unidade económica, tanto quanto possível completa e perfeita... Entre nós constituímos a variedade da unidade, campo de trabalho comum nas condições definidas pelas conveniências de todos; perante os outros países somos simplesmente a unidade, um só e o mesmo em toda a parte."

"Nem na metrópole nem em qualquer das nossas colónias nós nos encontramos fechados e agressivos diante do capital, do trabalho, das iniciativas alheias. Mais abertamente que muitas outras nações, nós recebemos e acarinhamos a colaboração estranha; por todo o Império muitos milhares de estrangeiros e muitos milhões de capital trabalham, prosperam, se acolhem à generosidade das nossas leis, à sombra da nossa bandeira, à defesa do nosso direito e da nossa autoridade. Mas os elementos que ingressam no território nacional para valorização própria, temos de considerá-los integrados na obra comum, no interesse português, como factores não de uma economia estranha, mas da nossa economia. Respeitando a nacionalidade das pessoas e os frutos particulares do seu trabalho, ninguém poderia supor que vemos aí alguma limitação à soberania do Estado português; não poderíamos prescindir de sermos nós quem define o interesse comum e marca as posições que devem ser tomadas para a perfeita realização dos nossos fins."

"São estes os nossos pontos de vista e se me perguntarem como conto fazê-los valer, direi que, além dos elementos de política externa aludidos acima, conto connosco — querê dizer, com a nossa força moral e a nossa força material. Tem muita força quem tem razão e quem não dá contra si mesmo razão aos outros.

Apetece-me revelar nesta altura alguns trechos de re-

latórios dirigidos pelo barão de Rosen, então ministro da Alemanha em Lisboa, ao chanceler imperial, von Bethmann-Holweg, e referentes aos acordos anglo-alemães de 1898 e 1913.

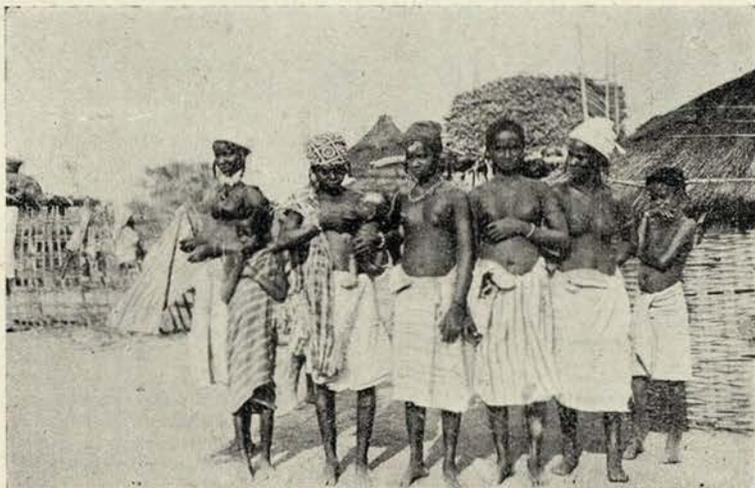
Do relatório de 9 de Novembro de 1913: "O acôrdo de 1898 baseava-se inteiramente na hipótese de que Portugal se encontrava perante a ruína eminente e que se regozaria de levantar um empréstimo na Alemanha ou na Inglaterra com a garantia das receitas aduaneiras das colónias... "No que toca a Portugal o momento é relativamente favorável para a publicação (do acôrdo de 1913). A terra está tão dividida em lutas partidárias e em conspirações internas, que o perigo que ameaça o domínio colonial não tem despertado a inquietação que de outra maneira seria de esperar... "A publicação do convénio vai excitar a opinião pública. Mas esta mesmo perante as lutas eminentes, quando se der a reabertura das Câmaras, não se manterá provavelmente mais do que em tempos normais."

Do relatório de 20 de Maio de 1914: "Chegamos agora ao ponto de considerar o efeito da publicação do acôrdo (de 1913) em Portugal. A primeira impressão seria indubitavelmente de grande consternação... "Um tal movimento pode ser violento mas nunca será duradouro... Seguir-se-lhe-á um movimento de resignação na inevitável sorte das colónias, sentimento que já se nota nos círculos políticos."

Era este o juízo do ministro da Alemanha em Lisboa em 1913 e 1914. Em 1935 já não seria possível falar em descalabro ou ruína financeira, em lutas partidárias e conspirações internas em resignação nacional.

Talvez seja mais clara agora a muitos olhos a política do Governo; quando se insiste em que as finanças equilibradas chegam a ser condição da independência e integridade pátria; quando se pretende cimentar entre todos os bons portugueses verdadeira união nacional; quando se procura dar a este País a plena consciência do seu destino para que esteja moral e materialmente preparado a reagir na hora própria, não se faz literatura política; defendem-se pela melhor maneira possível os mais altos interesses de Portugal.

Guiné



Raparigas Fulas

O conflito italo-etíope

(Conclusão da página 16)

Por não terem exigido da Abissínia, em tempos úteis, o respeito das obrigações inerentes ao "convénio", a situação da S. D. N. e da Inglaterra é, como o estão vendo, muito difícil.

Ainda há mais, e o Négus fala demais para se querer julgar prudente. Hailé Selassié, fez constar que a guerra que ele julga iminente, é por ele considerada, uma guerra de raça. A Abissínia e os pretos contra a Itália e os brancos—os jornais pan-pretos dos Estados Unidos, são curiosíssimos de se lerem a este respeito. Esta declaração foi reproduzida pela imprensa inglesa pró-Abissínia. Acrescentemos a esta tomada de posições audaciosa, algumas indicações que talvez sejam revelações inéditas para muitos. Hailé Selassié ou os seus colaboradores estão em contacto com uma grande maioria da população preta, por uma corrente de sociedades secretas pretas. Quantidades enormes de armamentos, fazem constantemente objecto dum tráfico clandestino no Kenya, no Sudam, no Tanganika, na Nganda, no Nordeste congolês, nas regiões mineiras. Estas armas, são desembarcadas em silêncio, no Mar Vermelho, e o centro da Organização, ou duma dessas organizações, está em Addis-Abeba (o que explica o desejo do Négus, em querer obter um porto sob o seu próprio contróle). Se a guerra italo-etíope deve causar uma sublevação total em África, as colónias inglesas não se salvariam dessa tromba revolucionária; seria preciso reprimir.

Desde já a opposição britânica tomou uma atitude anti-colonial—o que seria se o Kenya, por exemplo, dominasse os pretos revoltados?

Os "pacifistas", ingleses para impedirem a Itália de se instalar na Etiópia, o que seria muito incomodativo, redigiram a antiga "canção", tão estúpida como pouco digna: propõe de entregarem ao Duce as colónias portuguesas.

Para salvarem portanto, um império preto,—visto que Hailé Selassié vai à testa dum movimento preto—despoçariam um antigo aliado, iniciador da colonização europeia.

Portugal, é inútil dizê-lo, defenderia por todos os meios os seus direitos; as dezenas de milhares de colonos portugueses, lutariam, bater-se-iam para salvarem os seus lares; seria uma guerra a menos digna e honorosa para o agressor. Lisboa, hoje, não tem necessidade dos empréstimos britânicos, a pressão financeira portanto, é descabida e estes "esquisitos pacifistas", esquecem que Mussolini não se faria cúmplice duma exploração desta natureza.

A opinião britânica colonial, aliás, não segue Londres cegamente. Quando a Inglaterra propunha fechar o canal de Suez, aos italianos, o Este-Africano não manifestou intenção nenhuma de acabar com as encomendas na Somália e na Eritreia, e a União Sul-Africana não transigira no seu intento de substituir a Grã-Bretanha como fornecedora das tropas italianas. A revista "East-Africa", não tem uma atitude italófila, mas faz o esforço de se manter serenamente imparcial, aliás, conforme é o seu costume. Estudou a situação militar e vê grandes dificuldades para a Itália. Mais, apresenta também qual é a opinião, que conhece muito bem, dos ingleses na África:

As colónias inglesas da Somália, do Kenya, da Nganda e do Sudam, seguem com a maior ansiedade a marcha dos acontecimentos. Se a invasão italiana é um facto, é provável que atravessem as fronteiras bandos de refugiados etíopes, que chegando ao território britânico, causarão não só despesas formidáveis, como enormes dificuldades à admi-

nistração; sem contar o risco de vermos essas fiordas famintas reinírem-se em lugares afastados onde não existem viveres de qualidade nenhuma.

Desde há muitos anos, que estes territórios ingleses se queixam das raias feitas por bandos de etíopes, que fazem estes «raids» para roubarem mulheres e gado. São fiordas sem leis, que, o próprio Négus sente-se absolutamente incapaz de dominar, mas que a maioria dos especialistas admitem que fez quanto pôde para os subjugar. O resultado dessa experiência é que, instintivamente, os ingleses do «East-African» apreciam muito este argumento: «a Etiópia deve de ser convenientemente inspecionada, se ela não consegue por si própria, pôr ordem na sua casa; deve de aceitar uma ajuda exterior para introduzir no seu país a ordem e o respeito pela lei».

O artigo propõe um apêlo aos técnicos estrangeiros com mais liberdade de acção do que as actuais missões suecas e belgas, que possam destruir a desordem e a corrupção protegidas hoje pelo "entourage", do Négus, mesmo em contra éle.

Como uma sugestão, encara-se em certos meios um regime de capitulações, com concessões aos italianos, diversas vantagens, até terrenos para povoamentos. Se não queres "recuar para saltar melhor", uma solução dessas, poderia ser admissível, sempre que existam garantias efectivas contra a activa xenofobia dos abissínios, contra as suas desordens, contra os seus processos de administração para evitar prejuízos sistemáticos de justiça com respeito aos brancos. Seria inútil, oferecer ao mundo uma nova edição, e agravada, do assunto "Uitlanders.."

Talvez se encontre uma boa solução desenvolvendo logicamente as formas do regime de capitulações, preconizadas pela Inglaterra. A administração dos territórios conquistados pelos Amkara desde 1885, de certos planaltos abissínios de populações mixtas, ficariam sob a soberania da Abissínia, remetida à Itália por uma parte, e a um comité de potências coloniais, por outra.

As relações entre esses territórios e o Négus, seriam calcadas sob aquelas que unem o Sudam ao Egito. Os rendimentos desses territórios, seriam aplicados a eles mesmos; as somas mineiras, sendo em parte entregues a um administrador europeio de finanças, nos países amkarinos, de administração directa do Négus, para serem utilizados em obras públicas e no serviço médico. O regime das capitulações propriamente ditas, seria aplicado à Abissínia amkarinha.

Neste rudimentar esboço, ninguém pode duvidar que não se possa organizar uma administração na Abissínia que dê satisfação a todos os seus vizinhos, e permita à Itália de estar de acôrdo com os outros estados interessados.

ANDRÉ L'HOIST.

NOVIDADE LITERÁRIA

A Fé no Império

DELO

Dr. Agostinho de Campos

Depositária:

Darceria António Maria Pereira

Recebem-se encomendas
na "PORTUGAL COLONIAL,"

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

Preceitos oportunos

NO momento em que escrevemos esta crónica sabe-se que a Itália regeitou as propostas da «Comissão dos Cinco»—isto é, julgamos saber que a guerra é inevitável.

Quando esta crónica fôr lida é muito possível e provável que a guerra já não seja uma ameaça—mas sim um facto.

Quere dizer: Estamos vivendo uma hora grave de incertezas—cada um e o País.

Não esqueçamos que estamos em condições de enfrentar serenamente o que vier—e que essa serenidade só é possível porque nos últimos anos criámos fôrças de resistência e razões de confiança. Não esqueçamos que dentro dos antigos métodos estaríamos hoje irremediavelmente perdidos.

Mas não basta ter serenidade e ter confiança.

É preciso servir activamente uma e outra.

Para isso, como esforço pessoal de salvação comum, seria óptimo que todos os portugueses, meditando sôbre a hora grave que atravessamos, dando tréguas às suas paixões inferiores, assentassem:

1.º Que os que nada fazem nem nada sabem fazer deixassem de invejar os que alguma coisa podem produzir;

2.º Que os críticos dos outros reservassem

algumas horas para serem críticos de si próprios;

3.º Que os homens que falam concedessem um lugar aos homens que realizam;

4.º Que os que fazem passatempo da intriga substituissem este prazer pelo bridge ou mesmo por qualquer outro jôgo menos inofensivo;

5.º Que deixassem de sentir-se roubados aqueles que assistem ao triunfo de outro;

6.º Que ninguém falasse das cousas que não entende;

7.º Que certos homens compreendessem que os seus interesses pessoais são menos respeitáveis do que os do País;

8.º Que não se confundissem direitos fundados na necessidade individual com direitos de competência;

9.º Que dois homens que trabalham se olhassem como colaboradores e não como concorrentes;

10.º Que se abandonasse o sistema de pôr em relêvo os defeitos de quem tem valor quando as suas qualidades são necessárias.

A prática destes preceitos, durante a hora grave, seria porventura mais útil do que uma grande esquadra e um numeroso exército. Se cada um quisesse experimentar...

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

A carência de chuvas e insuficiência, portanto, das culturas, fez aumentar o preço do milho, que está em algumas das ilhas do arquipélago a 12\$00 o decalitre e a 10\$00 quando é para semente. O açúcar, o azeite, o vinho, a batata e outros produtos alimentares de importação também subiram de preço. Tem sido na ilha de Maio onde se tem feito sentir mais falta de chuvas.

• Está sendo montado na ilha de Maio um pósto de radiotelegrafia, no campo de aviação, dirigido por um mecânico de "Air-France".

• Vai ser publicado um importante decreto pela pasta das Colónias facilitando a importação de carvão de pedra e óleos destinados ao abastecimento à navegação no pórtio grande de S. Vicente de Cabo Verde.

• Vai ser publicado um decreto introduzindo uma alteração na pauta aduaneira de Cabo Verde, no capítulo de importações.

Guiné

Fundeou no pórtio de Bolama a canhoneira inglesa "Rochester", tendo a sua oficialidade ido a terra cumprir o Governador da colónia que depois retribuiu.

• O Governador da Guiné, telegrafou dizendo que partiu em visita oficial aos povos Felupes, Boíolas e Balantes, regressando a Bolama, em 20 de Setembro.

• Foram mandadas ouvir as estações superiores do Ministério das Colónias acerca da situação em que ficaram os primeiros oficiais dos serviços de Administração Civil e dos Negócios Indígenas da colónia da Guiné pelo projecto da divisão administrativa da mesma colónia.

• O "Boletim Oficial", da colónia publicou dois diplomas, um estabelecendo a Inspeção de Produtos de Exportação, sob a superintendência de um organismo, denominado Conselho de Inspeção de Produtos de Exportação; e outra criando a Junta Autónoma dos portos de Bissau e Bolama.

Angola

O Governo Geral de Angola criou na Baía, dos Elefantes um pósto fiscal de Vigilância, suprimindo um idêntico que funcionava no Egito (provincia de Benguela).

• Vai ser publicado um decreto introduzindo várias alterações na organização dos serviços de Assistência Médica dos Indígenas e na do combate à doença do sono na colónia de Angola.

• Vai ser também publicado o decreto a que já nos referimos, autorizando o governo de Angola a abrir um crédito especial de 700 contos, para a continuação das obras da reconstrução do caminho de Ferro de Luanda.

• Em Angola, vai-se intensificar a cultura do arroz, construindo-se oficinas de descasque e limpeza do arroz, a fim de se poder depois exportá-lo para a metrópole a preços compensadores.

• Deve ser publicado pelo governo de Angola, um diploma relativo à criação de Sindicatos agrícolas e pecuários nos pontos mais importantes da colónia.

• Brevemente deve estar concluída a construção da importante estrada que vai do Caxito a Nabuaugongo, Angola, numa extensão de 90 quilómetros, a qual liga

Loanda às férteis regiões de Nabuaugongo e Encoge, encurtando essa distância em mais de 200 quilómetros.

• A direcção dos correios de Angola propoz que seja publicada uma portaria estabelecendo a fiscalização técnica referida no decreto n.º 24.453 de 10 de Janeiro último, e que essa fiscalização seja exercida por funcionários dos correios e telégrafos, especializados em electricidade e que a chefia da mesma fiscalização seja inerente ao cargo de chefe de secção da mesma repartição.

• O governo de Angola, propoz, a bem do serviço, que seja prorrogada a nomeação interina de alguns funcionários daquela colónia, visto fazerem falta ao serviço.

• Vai ser aberto um crédito especial, para a continuação da campanha destinada à destruição dos ganhanhos em Angola, que tanto mal estão ainda causando à agricultura, tendo ontem o governador geral pedido a devida aautorização ao sr. Ministro das Colónias.

• O governador de Angola propoz também a abertura de um outro crédito para o prosseguimento das obras de reconstrução do caminho de ferro de Loanda.

• Foram reorganizados os serviços de farolagem da colónia de Angola.

• Vai ser publicado um decreto que confirma as disposições contidas no diploma do governo geral de Angola, sobre vistos nos passaportes de estrangeiros que se destinem àquela nossa colónia.

• A missão hidrográfica da delimitação do Zaire, que tem estado a trabalhar com a missão belga, retira para Lisboa no vapor "Colonial".

• O governador de Angola mandou adquirir algumas toneladas de sulfato de carbono que se destina a ser empregado nas câmaras de expurgo de milho medida esta que está dando muito bom resultado.

• Vão ser organizadas brigadas sanitárias dirigidas por médicos em serviço em Angola para procederem ao saneamento da cidade de Loanda, e vão ser contratados urbanistas estrangeiros para o embelezamento da mesma cidade.

• Foi anulado o contrato celebrado entre a Agência Geral das Colónias e Raul Pereira Caldas, para desempenhar as funções de director da Casa da Metrópole e Loanda, lugar que não chegou a exercer.

• Por ocasião da cerimónia da inauguração do Monumento Padrão de Loanda que se realizará com a maior solenidade será explicada às praças das diversas unidades pelos respectivos oficiais o significado do acto. Por essa mesma ocasião todas as forças disponíveis desfilarão em continência perante o Monumento após a sua inauguração.

• Foi aprovado o contracto celebrado com Heitor Gualberto de Moraes Correia, para o lugar de director da Casa da Metrópole em Loanda, com o vencimento de categoria de 15.222\$00 e a gratificação especial de 52.778\$00, pagos em duodécimos.

• Segundo camunicação recebida de Angola o governador da provincia de Malange foi visitar as obras que se estão realizando no Muceque, para a montagem das instalações relativas ao fornecimento de energia eléctrica e abastecimento de água à cidade de Loanda. O mesmo governador tratou depois com o engenheiro director da Société d'Epuration et Entreprises acerca do contracto a realizar com a mesma sociedade para a instalação de água e luz à cidade de Malange.

• Pelo Ministério das Colónias foi telegrafado para Angola, comunicando que a importação de arroz colonial, não fôra proibida, estando até a Comissão reguladora a tratar da sua colocação.

• Em Novembro próximo, o sr. governador geral

de Angola, pensa ir em visita oficial, aos distritos e circunscrições do Norte da colónia.

❖ Foi confirmada a caducidade da concessão que havia sido feita, em tempo, à Companhia do Boror, de 50.000 hectares de terreno na circunscrição dos Dembos por aquela companhia não ter cumprido as disposições da lei que regula as concessões provisórias.

❖ O governador geral de Angola, comunicou ter sido escolhido para secretário da Câmara Municipal de Loanda o tenente de administração militar e licenciado em direito sr. José Nobre, primeiro classificado, em concurso publicado, propondo que seja dada por finda a comissão militar que ali estava desempenhando.

❖ O governo da colónia autorizou o levantamento das armas e munições que, há cerca de seis anos, os seus possuidores entregaram, por ordem do Alto Comissário de então, nos depósitos de material de guerra.

❖ Por deliberação dos respectivos sócios, tomada em assembleia geral, foram dissolvidos em Benguela o "Grémio Lusitânia," e o "Grémio Pró-Pátria," tendo esta resolução sido comunicada ao Governador Geral da Colónia e ao Administrador do concelho local.

❖ O Governo Geral concedeu um alvará à Companhia Agrícola de Angola para instalar em Capolo, no concelho de Pôrto de Amboim, uma fábrica de extração de óleo de palma.

❖ A Missão encarregada de em Mossamedes proceder aos estudos etnográficos enviou um telegrama ao sr. Ministro das Colónias saudando-o e comunicando-lhe ter iniciado esses estudos.

❖ A Associação Comercial de Benguela, propôs a todas as associações comerciais de Angola a reunião de um Congresso de Organismos Económicos para nêle serem focados os mais instantes problemas da ocasião.

❖ Foi fundado na capital da colónia o Rutário Club de Luanda.

São seus sócios fundadores: drs. António Videira, José Maria Antunes, Frederico Barrôco e Isac Levy, D. Luiz e D. Francisco Estarreja, Capitão Amaral Fernandes, D. António Fiuza, José Correia de Barros e Henrique Correia da Silva (Paço d'Arcos).

❖ O governador geral de Angola propoz a abertura de mais um crédito de 500 contos destinado ao extermínio de gafanhotos naquela colónia que tanto prejuízo tem causado e está causando na agricultura.

❖ Em virtude da crise de colocação do milho, principal factor da economia da colónia, as associações comerciais de Angola vai solicitar novamente ao Governo a montagem de silos; ao Governo Geral da colónia foi também pedido que intercedesse junto das companhias de navegação para, na presente emergência, concederem uma redução nos fretes do milho para a Metrópole.

❖ O Governo Geral desta colónia nomeou, por proposta do chefe dos Serviços de Agricultura, uma comissão para estudar a forma prática de serem postos a funcionar, no Lobito e em Loanda, os maquinismos que na primeira cidade indicada possui, há anos, a firma Sousa Machado & C.^a, destinados à limpeza e conservação do milho angolano.

❖ Satisfazendo um pedido dos industriais de tabaco manipulado, foi pelo Governo Geral nomeada uma comissão composta pelos srs. Francisco Gilberto de Castro, presidente, tendo como vogais — António da Costa Gomes, Pedro Nolasco Fontes Dourado, Ricardo da Silva Pires e engenheiro Pedro Figueiredo de Lemos, para apresentar a um projecto de modificação da actual legislação reguladora da mesma industria na colónia.

❖ De Angola pedem que as estações superiores mandem pôr em execução as medidas tendentes a faci-

lar as exportações de borracha, em boas condições de concorrência com outros países produtores, visto a borracha de Angola possuir magníficas qualidades para ser aproveitada em várias indústrias.

❖ Foram mandadas reservar grandes parcelas de terreno para os indígenas.

Estão sendo destinadas a um exclusivo dos indígenas algumas centenas de hectares de terrenos.

❖ Vai proceder-se à fusão das Caixas de Aposentações e de Pensões de Angola.

Moçambique

Pela Direcção dos serviços de Agrimensura de Moçambique vai ser feito o levantamento corográfico e cadastral de Inhambane.

O trabalho será feito por uma brigada de agrimensores.

❖ Pelo Chefe dos Serviços de Instrução Pública foi elaborada uma proposta para criação de inspecções escolares na colónia, nos termos da Reforma Administrativa Ultramarina.

❖ Foi submetida ao Conselho do Governo para discussão. O número de inspectores é de três, um para cada uma das províncias em que foi dividida Moçambique.

❖ A firma Breyner & Virth, Ltd., encarregada pela direcção do Pôrto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, de fornecer dez guindastes de várias potências, acaba de fazer entrega dos mesmos serviços de dois, que montou em frente ao frigorífico do pôrto de Lourenço Marques.

❖ Na sua última reunião, a Associação de Proprietários de Lourenço Marques, resolveu criar uma "secção de seguros," contra risco de incêndio, com um fundo de garantia de quinhentos contos, obtidos por subscrição entre todos os associados.

❖ Vão ser construídas por conta do Estado na colónia de Moçambique duas instalações de descasque e beneficição de arroz de produção indígena, cujas instalações foram orçadas em 800 contos. Também devem ser construídos dez tanques carricidas cuja construção importa em 500 contos.

❖ Foi prorrogado por mais cinco anos culturais, isto é até Março de 1940 o prazo indicado para a cobrança da taxa de 4 % "ad valorem," de direitos de reexportação sobre o açúcar procedente dos territórios de Manica e Sofala que saem pela barra de Chinde.

❖ O Governo de Moçambique enviou 1.737.830\$00 para pagamento dos encargos da mesma colónia na Metrópole.

❖ O Governo Geral de Moçambique propôs abertura de mais um crédito para a continuação de campanha de ataque aos gafanhotos.

❖ Vai ser erigido por subscrição pública na cidade de Moçambique um monumento aos Mortos da Grande Guerra.

❖ O governador da Rodhesia do Sul, por motivo de doença, adiou a sua visita ao governador dos territórios da Companhia de Moçambique.

❖ Segundo comunicação recebida de Inhambane, acaba de ser exportada toda a colheita de amendoim do corrente ano, representada por alguns milhares de toneladas.

❖ As Caixas de Aposentações e de Pensões do funcionalismo de Moçambique vão reunir-se numa só.

❖ As receitas alfandegárias do Pôrto da Beira no primeiro semestre deste ano foram de £ 160.445 contra £ no mesmo período de 1934.

• Pelo Ministério das Colónias foi nomeada uma comissão para tratar da unificação das pautas aduaneiras de Moçambique.

• Iniciaram carreiras para o Cap Town, incluindo o pôrto de Lourenço Marques na sua escala, as companhias de navegação Blue Star Line e a Kerr Steamship Company. A primeira é inglesa e estabelece um serviço de navios de carga rápido entre os portos de Inglaterra, África do Sul e Austrália. A segunda é americana, tem a sua sede em Nova York para os portos da União Sul Africana, tocando também, como se disse em Lourenço Marques e também na Beira.

• Segundo uma proposta submetida e aprovada no Conselho do Governo da Colónia de Moçambique, deve ser creada no Liceu "5 de Outubro", de Lourenço Marques, sendo aumentado o corpo docente do mesmo estabelecimento com uma directora da referida secção, três professoras, um professor de canto coral e uma mestra de desenho.

• A Companhia de Moçambique vai emitir um selo de 1\$00 comemorativo da inauguração da ponte sobre o rio Zambeze. A venda deste selo efectuar-se-á durante um mês, na Beira e nos escritórios da Companhia, em Lisboa, Paris e Londres.

• O sr. Ministro das Colónias nomeou uma Comissão para tratar da unificação das pautas aduaneiras da colónia de Moçambique.

Índia

Por ter completado o sexto ano de governo do Estado da Índia o sr. general Craveiro Lopes, todas as autoridades militares e civis, representantes de organismos económicos, associações, estabelecimentos de ensino e comércio de Nova Goa foram pessoalmente cumprimentá-lo. O Governador da Índia recebeu também muitos telegramas de felicitações.

• Em virtude do interesse que a população tem manifestado pelo ensino profissional, a Escola Profissional de Nova Goa recusou este ano admissão de candidatas, por ter a sua matrícula completa.

• Em Março de 1936 realiza-se no Estado da Índia uma Exposição Industrial Comercial Agrícola e Pecuária.

• Foi aprovada a proposta do Governador do Estado da Índia para serem criadas várias escolas primárias oficiais em vários pontos dos concelhos de Pernem, Canaguinim, Quepem, Sangeum e Canacona.

• O governador do Estado da Índia propoz que a extinta direcção dos serviços de agrimensura daquele estado sejam incorporados na direcção das Obras Públicas da colónia, ficando como uma secção.

• O governador geral da Índia comunicou que ainda não foi levado a efeito o empréstimo destinado à reparação e conservação das estradas.

• Vão ser reorganizados os quadros dos funcionários do Estado da Índia em harmonia com as propostas da remodelação de todos os serviços daquele Estado, propostas estas que estão em estudo no Ministério das Colónias.

• Como em tempos dissemos, em virtude do provimento do recurso interposto pela casa Ranchortas contra a adjudicação da importante ponte General Carmona, na Índia, a casa Hindustan, foram mandadas suster essas obras iniciadas por esta casa.

• Devem ser publicados brevemente os diplomas referentes às reorganizações dos serviços de Administração Civil, de Fazenda, Saúde, Agricultura, Alfândegas,

Agrimensura, Marinha, Fomento, Caminhos de Ferro, Correios e Telégrafos, do Estado da Índia, que haviam sido submetidos os respectivos projectos à apreciação do Conselho Superior das Colónias.

• O governador geral da Índia vai pôr em vigor um diploma pelo qual é abolido o imposto do trabalho gratuito. Por esse diploma, são acautelados os interesses das Câmaras Municipais e as necessidades da viação, tanto nas cidades, como nas aldeias.

• Foi proibida rigorosamente a realização de jogos de azar, no Estado da Índia, bem como os de setas, manilhas, argolas e outros que tendam para especulação do povo.

• Vai ser suprimido no Estado da Índia o imposto de trabalho gratuito cobrado pelos organismos municipais. Para compensação da receita será autorizado às Câmaras Municipais cobrarem adicionais às taxas de cais, sobre embarcações, e algumas mercadorias, como ácidos, gazolina, petróleo, matérias explosivas, madeira em bruto, telhas e telhões, máquinas e alfaias agrícolas, veículos, etc.

• O governo do Estado da Índia abriu, pela Direcção dos Serviços de Administração Civil, concurso para provimento, de lugares de escrivães das Comunidades de Nova Goa.

• A comissão nomeada em Nova Goa para obter fundos para a aquisição do Palácio da Restauração, em satisfação ao apêlo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, foi composta pelos srs. Alfredo Rodrigues dos Santos, Adolfo Sinal da Costa, Luiz de Menezes, Bento da França Pinto de Oliveira e António de Avelar Barreto.

• Foi inaugurada em Valpoi a Escola de Artes e Ofícios.

• Em Margão, com a presença do governador geral, foi lançada a primeira pedra para o mercado de cidade e inaugurou-se a iluminação eléctrica.

• Com a aprovação do novo código das estradas, ficaram reduzidas de 20% as taxas de automóveis.

• Em honra do escultor goense Ramachondra, eleito sócio honorário do Instituto Vasco da Gama, realizou-se nos paços do concelho de Nova Goa uma sessão solene.

• Vão ser revistos por uma comissão, todos os diplomas e regulamentos publicados pelo Governo geral da Índia, nos últimos dez anos, devendo essa comissão, que já deu começo a esses trabalhos, propor as alterações que achar convenientes.

• Segundo proposta do Governo geral da Índia, vão ser construídas várias estradas. Os projectos de construção e respectivos orçamentos, já aprovados, são na importância de 11.384.874:00:00 rupias.

• Vai ser publicado um decreto autorizando a retirada do Fundo de reserva do Estado da Índia, para pagamento de encargos daquela colónia, da quantia de rupias 81.935.10:05.

Macau

Foi chamado a Lisboa, o sr. Governador de Macau, tenente-coronel sr. Bernardo Miranda.

• O sr. Bispo de Macau pediu para ser aberto um crédito extraordinário destinado a auxiliar a reconstrução do colégio "Santa Rosa Lima", pertencendo ao padroado do Oriente.

• A nova mesa directora da Santa Casa da Misericórdia, para o ano corrente, ficou assim constituída: Provedor o director dos Serviços de Saúde e Higiene, sr. dr.

António Damas Mora ; adjuntos : o sr. capitão António Alves Teixeira, e Artur Francisco Tomaz Angelo, Américo Luiz Marques e Francisco Xavier Agalão.

• O governador de Macau, propôs que os alunos habilitados com o exame de Instrução primária, sejam dispensados, do exame de admissão ao liceu, visto os exames de instrução primária serem todos presididos por professores do liceu.

• A companhia Pan-Americana Airways Incorporated, que fôra autorizada pelo nosso governo a sobrevoar e fazer escala por Macau os seus aviões, solicitou agora do governo português, autorização para durante o tempo daquela concessão, para maior segurança das suas aeronaves, estabelecer naquela colónia uma estação rádio-telegráfica e radiogonométrica.

• Regressaram a Macau os srs. drs. Damas Móra e José Caetano Soares, respectivamente chefe dos serviços de Saúde e director do Hospital Central daquela Colónia, que haviam sido nomeados para a representar na Conferência do Tráfico de Mulheres, que se realizou em Hong-Kong. O relatório relativo a êsse trabalho será enviado por cópia para a Direcção dos Serviços de Saúde do Ministério das Colónias.

Timor

O governador de Timor, seguiu em visita oficial para a circunscrição da Fronteira, onde foi inaugurar vários melhoramentos levados a efeito naquela circunscrição e assistir ao juramento de bandeira da policia montada.

• Foi publicado um diploma regulando o exercício da caça em Timor. É o primeiro regulamento que sobre o assunto se legisla na colónia.

• O conselho do governo de Timor aprovou os diplomas relativos à delimitação da área de Dili e à criação de um bairro indígena e outro incumbindo a comissão municipal da mesma cidade de proceder aos estudos para a captação e distribuição de águas à população, bem como o fornecimento de luz eléctrica para iluminação pública, particular e fins industriais.

• Segundo o apuramento feito na conta de gerência de 1934 e 1935, da colónia de Timor, verificou-se um saldo positivo de 2.453.627\$59.

• O governo de Timor propôs para vice-presidente do Conselho, do governo da mesma colónia o director dos Serviços de Fazenda ali em serviço.

• Como medida preventiva, o Governador de Timor, pediu o envio de 500 tubos de vacina anti-variólica.

110

estranjeiro

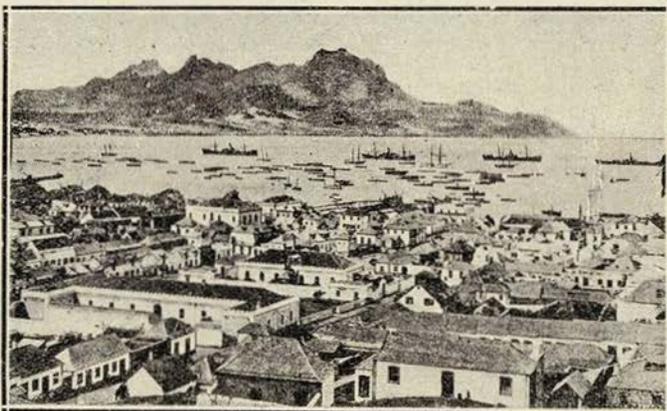
O conflito Itália - Etiópia

O fracasso das negociações dos três em Paris, agrava seriamente o conflito armado entre a Itália e a Etiópia.

Toda a esperança se concentrou na S. D. N., cuja autoridade parece muito comprometida. Pelo menos teremos a satisfação de pensar que o nosso país fez tudo quanto estava ao seu alcance para chegar a uma solução pacífica. Tendo em conta as posições de cada um dos antagonistas. O papel de intermediários era tanto mais delicado que o nosso Governo devia cuidar não somente a amizade italiana e a amizade etiope, mas também a da Inglaterra. Os jornais na Itália e os seus próprios directores declararam mais duma vez que neste transe o seu país veria quais eram os seus amigos. Eles não compreendem que um verdadeiro amigo nem sempre aprova tudo, nem sempre tudo deve de ajudar mesmo em assunto internacional, onde a moral mais elementar, nas relações entre os povos, sofre certos ataques sob a influência do desejo muito louvável de servir o interesse nacional. Não é de temer, no entanto, que cada qual, por sua vez possa formar-se nessa "amoralidade", assim como hoje, uma outra ordem de ideas, as desvalorizações da moeda, consideradas antes por alguns como um meio simples de ajustar as dívidas e desenvolver o comércio exterior, são tidas em parte como responsáveis do sustento da crise mundial?

As posições são simples : a Etiópia quer conservar a sua independência politica : esta animada dum desejo pacífico indiscutível, que se traduz por concessões generosas lesadas, e ao ponto de encarem, e ceder uma parte do território. Mas isto não basta a Itália. Não lhe basta mesmo desempenhar em papel preponderante uma organização internacional destinada a modernizar a Etiópia.

CABO VERDE



Cabeça do Infante —
S. Vicente

Não, quer conquistá-la, fazer dela um império colonial mesmo à custa duma guerra.

As suas razões, são a necessidade de expansão dum povo demasiadamente numeroso e a exemplo de outras potências. Más, situações deste género, não se podem resolver senão à força? E todo o território africano, está destinado a ser dominado pelas raças europeias?

Não é por uma questão de prestígio que tantas vidas devem ser suprimidas, sem falar de tódas as outras desolações que pode acarretar uma guerra.

A idea mesmo desta guerra é menos favorável ao prestígio da Itália que a aceitação dum compromisso económico. Houve um tempo, em que podia ter parecido que ela procedia a um desdobraimento da sua força para evitar servir-se dela.

Se é por dominar a Etiópia, fazendo uso das suas armas que ela mobilizou um milhão de homens, em que se parece isto com as nossas conquistas coloniais e com as da Inglaterra?

Valha a verdade, era preciso definir o que é uma guerra colonial; a que diferença de pressão em vez de nível social, ela pode corresponder.

Não acreditamos muito numa repercursão na África inteira por uma guerra na África Oriental.

É evidente que somos mais desinteressados no que a Inglaterra nesta questão, tendo embora a desagradável impressão que, de toda a maneira, a nossa saída para o Mar Vermelho sofreria, ou das concessões económicas feitas à Itália ou das suas conquistas políticas. O nosso Governo tem um trabalho muito pesado. Djibouti é um ponto vital. O caminho de ferro franco-etíope é uma obra francesa que importa um esforço considerável. Seremos nós quem paguemos a louça partida? — Mas, fora deste ponto de vista em qualquer local, a paz do mundo pode ser comprometida, de maneira directa ou indirecta. A Etiópia é membro da S. D. N. A esta compete tentar um último esforço de civilização onde encontrar uma arbitragem. A verdade que, já por vezes, nós vimos duas grandes potências saírem de lá. Mas é admissível que um país possa dizer "a S. D. N. pronunciará a meu favor, ou eu retiro-me," e que isto seja levado em conta?

Mais valia então que esta Sociedade que já tem desiludido tantas esperanças desaparecesse da cena internacional.

A Inglaterra compreende-o bem e desde o fracasso da entrevista em Paris, parece ter nela ou um partido sinceramente ligado ao sustento da paz, fora da consideração de interesses materiais no Sudão britânico e na Etiópia mesmo, ou um desejo de conciliação de atitude mesmo intransigente. Não haverá em Genebra quem procure uma auréola: a Itália menos do que ninguém estamos convencidos disso; contanto que ela não considere as conquistas militares como desejáveis nelas mesmo, um acôrdo talvez... talvez ainda fôsse possível.

(De la *Quimarin Coloniale*)

A Alemanha e as Colónias

A actividade dos "colonialistas", alemães, não se limita apenas, a remessa de livros, revistas e gráficos, destinados aos brancos. A organização destes cruzeiros constitue um meio de propaganda ainda mais eficaz. Serve ao mesmo tempo a edificação dos brancos e a dos pretos.

Encontramos alguns antigos soldados alemães, munidos das suas cadernetas militares, que tiveram o bom cui-

dado ou de as esconder ou de as guardar religiosamente. Fizeram centenas de quilómetros para chegarem até nós. Todos os que sabiam falar alemão, ficaram radiantes em nos poderem cumprimentar na nossa língua. Muitos julgavam que éramos a vanguarda da Alemanha, que o País volla de novo para ela, e todos nos diziam "Voltem, nós queremos ser alemães de novo.."

Este trecho enternecedor pertence à revista oficial "Die Deutsche Kolonialzeitung", os "patriotas alemães", não são representantes das minorias alemãs *oprimidas*, são... os pretos do Camerom!

É o resumo dos relatórios dum dos numerosos cruzeiros colectivos organizados pela associação nazi, "Kraft Durch Frennd", (La force par la joie).

O fim a alcançar destes cruzeiros é de conceder umas férias aos operários alemães e ao mesmo tempo reanimar e cultivar nêles o espírito colonial. Por outro lado é um meio hábil e inteligente de manter contacto directo com os indígenas

Estes cruzeiros, disse-me um dos organizadores são preparados cuidadosa e minuciosamente pelos nossos agentes oficiais que residem permanentemente nas nossas antigas colónias. Agentes oficiais? que êles existem sabemos nós!

São os plantadores agrupados num club nacional socialista, são os missionários e os médicos.

Evidentemente, que nem os plantadores, nem os comerciantes, nem os missionários, podem fazer campanha nenhuma contra um país que possui um poder administrativo. Mas nada lhes impede de exaltar e manter o culto da saúde a favor da antiga metrópole.

Os presentes, nesta altura, mantêm viva a amizade, sobretudo no meio dos pretos, e estes agentes não esquecem este facto principal. Os interesses são enormes e a população pequena — no Camerom francês estão repar-tidos 2 milhões de homens por 425.000 km². Não se pode exigir dos plantadores e dos comerciantes que se desloquem em distâncias desta ordem.

Aqui é que intervêm os missionários e os médicos. Últimamente, o governo alemão que não tem tido grandes contemplanções para com as igrejas católicas no seu país, em África pelo contrário tem-se mostrado cheio de afecto e de mansidão para a actividade dos missionários alemães, ao pontos de os dotar com uma esquadra de seis aviões.

Desta forma, terão êles agora ao seu dispôr um material de guerra dos mais modernos...

—Venho entusiasmado—dizia um certo ditman, que fez parte do último cruzeiro—já era tempo que a Alemanha retomasse a sua missão civilizadora. A lembrança do nosso país vive sempre no espírito dos pretos. Um facto a que eu assisti, emocionou a quantos ali estavam ao ponto de ver muitos olhos que choravam. Um preto vestido com uma velha farda de *Schulnkorf* (tropas de defesa colonial no tempo do domínio alemão) veio cumprimentar-nos, gritando "Vaterland, Vaterland, Ich Koman!", (Eu venho, eu venho) (sic!).

"Distribuímos muitos presentes, e o mais contemplado foi este preto precisamente. Sim, os nossos missionários e os nossos clubs trabalham bem e forte, pela glória da nossa pátria.."

Da mesma maneira em toda a parte no estrangeiro sem excluir Paris, os alunos das colónias estão agrupados em associações ou em clubs nazis,

Heinrich, que se encontra entre nós desde faz dois meses e que vive no Togo, disse-nos:

—Longe da pátria, estamos todos muito unidos sempre, e é que o governo actual está no poder, estamos nós muito bem apoiados. Sentimos que a pátria vem a nós...

Recebemos subvenções muito mais importantes que dantes... Venho fazer o meu relatório e espero obter um apoio mais eficaz ainda. A política forte e poderosa do Führer, obteve resultados que não nos atrevíamos a esperar.

A acção dos plantadores, dos missionários e dos médicos alemães é tanto mais fácil, quanto que não lhes imputa responsabilidade administrativa nenhuma.

Na maioria dos processos, há sempre um que perde — Ora, um preto que perde um processo, ainda que ele seja muito extraordinário, considera-se sempre, injustamente lesado, portanto, é um descontente. Pagar um imposto é sempre uma calamidade dolorosa que o preto cederia gosiosamente ao branco.

Todos os descontentes ouvem com o maior interesse tudo quanto se lhe diz doutro país longínquo mas forte, poderoso e justo — e sobretudo bom. Os presentes lá estão para demonstrar. Quanto ao tratamento duro, bem duro no tempo do domínio alemão, são coisas que se esquecem; com o tempo, apagam-se diante das desgraças e das injustiças recentes e as más recordações se esfumam diante dos presentes, das mercadorias, do calçado, ou dos utensílios de "ménage", *made in Deutschland*.

Já terão eles, muito cuidado em não fazer claramente os processos da França. As autoridades tomariam logo as suas medidas. Por enquanto limitam-se a contar as vantagens de regimem da antiga metrópole, acompanhando eles esta música com os argumentos mais acessíveis e sensíveis nos indígenas.

"O nosso fim é o de demonstrar ao mundo inteiro que as populações pensam sempre em nós".

Esta é a divisa do serviço de propaganda alemão.



Existem também duas maneiras para atacar directamente a gestão da França,

O primeiro consiste na distribuição de impressos e de panfletos. Isto, só deu mediocres resultados.

— Tivemos de renunciar a utilização de literatura e de boletins de propaganda destinada aos indígenas, para cuja impressão foram votados importantes créditos — disse-nos uma pessoa encarregada nesse momento da missão em questão. — Por outro lado, seria-nos impossível não cometer algum erro que outro, e isto nos roubaria todas as probabilidades de êxito.

Chegamos a utilizar caracteres, côres de papel, etc., mas certas tribus de pretos negaram-se até de lhes tocar com as mãos, por motivos de ordem religiosa superstição, etc. Concluímos que nesses países atrasados a propaganda de viva voz é a que nos pode dar melhores resultados.

Esta segunda forma consiste em dar emissões radiofónicas em ondas curtas e em língua árabe.

A inspiração destas difusões lembram as da propaganda comunista — mas não vão julgar por isso que serão conselhos de organizações dum paraizo soviético.

Os locutores falam de "crueldades", cometidas pelos actuais possuidores das colónias, da exploração do trabalho nos indígenas, dos duros tratamentos que lhes impõem, e da injustiça em geral de que são constantemente vítimas.

O movimento pan-arabe encontra neste ambiente um apoio e um cenário atraente sob todos os pontos de vista à vantagem da Alemanha.

Esta forma não atinge, senão as partes menos atrasadas da África. Interessa muito mais a África do Norte do que a África Central ou Equatorial.

(De Paris-Midi).



O grupo Carnegie de New-York acaba de conceder uma verba de 1.100 dolares à "Missão Internacional na África". Esses fundos vão permitir realizarem-se filmes de pequena metragem, adaptando-se tanto quanto possível a mentalidade dos espectadores africanos. — A missão dedicar-se-á primeiro, a procurar a melhor utilização dos filmes para a educação cultural das povoações primitivas africanas. Tenciona realizar daqui a três meses um certo número de filmes de pequena metragem, cujo conjunto formará um espectáculo para duas horas.

A região do Tanganiaca foi escolhida para a exibição desses filmes. A propaganda exercer-se-á sob a forma duma "tourné", de maneira a juntar as reacções produzidas por esses filmes sobre as diferentes regiões.

As observações recolhidas em cada sessão guiarão na escolha dos assuntos para os outros programas.



As recentes estatísticas demonstram que Portugal tem povoado as suas colónias mais do que todas as outras potências coloniais.

Segundo os recenseamentos a percentagem de população branca nos diferentes territórios coloniais por mil Km² e por 10.000 indígenas estabelece-se respectivamente o seguinte: colónias inglesas 23 e 33; colónias francesas 76 e 25; colónias belgas 8, e 15; nas italianas 24 e 37; e nas de Portugal 42,6 e 111.



Em Boma, Matadi, Leopoldville, Banningville, Kikwit, Inongo, acabam de serem fundadas várias escolas de ajudantes de enfermeiros indígenas, nos sub-sectores ocupados pelo Foreauri (Fundos rainha Elisabeth para a assistência médica).

Foram creadas igualmente escolas para ajudantes-parteiros indígenas.



Desde o 15 de Junho, que o limite de 5.000 frs., para o montante de transferências em cheques postais, foi suprimido, para serem assimiladas as transferências bancárias, de forma que teram a mesma taxa que estas, ou seja: de 1/8 0/0, com um mínimo de 2,75 para as transferências ordinárias, de 1/4 0/0, com um mínimo de 5 frs. para as transferências telegráficas; e de 20 0/0 com um mínimo de 5 frs. para as transferências por avião.

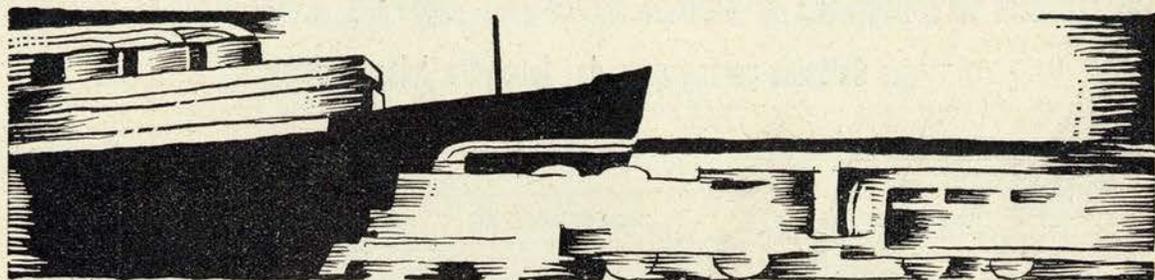


... As duas potências procurarão "a fórmula", precisa, porque não desejam nem uma nem outra, acarretar uma guerra europeia.

Parece-nos que a única maneira que o Négus tenha de salvar a sua coroa e a sua dinastia, seria de encontrar, antes dos outros, uma fórmula que lhe desse vantagens importantes, e aceitáveis para a Itália. O tempo trabalha contra ele, militarmente, financeiramente, diplomaticamente: a dinastia salomónica, continuará no trono da Etiópia e esta existia como um estudo se Hailé Salassié compreendendo a verdadeira situação, trata o mais brevemente possível, sobre bases objectivas.

(De l'Essor Colonial et Maritime)





ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1931	1932	1933	1934		1935					
	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Julho	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
LISBOA (cidade)	1.302	1.636	1.304	1.303	1.271	1.292	1.293	1.526	1.323	1.261	1.342

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1935 15 de Julho
Cacau fino	15 quilogr.	77\$00	37\$00
Cacau paiol	»	62\$00	27\$00
Cacau escolha	»	36\$00	18\$50
Café de S. Tomé, fino	»	(b) 210\$00	115\$00
Café de Novo Redondo	»	124\$00	45\$00
Café de Ambriz	»	123\$00	48\$00
Café de Encoje	»	116\$00	—
Café do Cazengo (de 2. ^a)	»	120\$00	45\$00
Coconote	»	33\$00	15\$00
Copra	»	42\$00	17\$00
Óleo de palma, mole	»	45\$00	(d) 30\$00
Rícino	»	27\$00	15\$00
Gergelim	»	34\$00	17\$00
Algodão	Quilog.	10\$00	5\$30
Cera	»	16\$00	10\$50
Cola	»	6\$00	(e) —
Açúcar, rama	»	(c) 1\$70	(e) —
Milho	»	\$94	\$58
Coiros	»	15\$00	5\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de: Janeiro a Julho de 1935

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias:						
Arroz.....	603.699	—	3.172.152	—	—	—
Açúcar.....	17.123.133	—	—	21.747.859	—	—
Café.....	2.243.330	25.828	—	566	94.671	42.343
Trigo em grão.....	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	323.038	—	54.904	69.889	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	554.910	—	—	1.051.979	—	—
Sementes oleaginosas.....	3.380.677	768.460	9.407.159	383.619	2.625.870	—
Milho.....	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias:						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	3.915	127	407	6.818	266	1.539
» da Madeira (decalitros).....	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros).....	345.760	11.638	34.650	265.775	24.963	14.169
» » brancos (decalitros).....	85.830	2.406	5.981	201.656	3.121	995
» licorosos (decalitros).....	3.320	606	126	802	—	8.561
Conservas de vegetais..... quilo	77.969	2.301	11.021	102.187	6.619	12.652
Sardinhas em salmoura.....	928	—	—	—	108	—
Conservas de sardinha.....	18.847	686	5.322	78.349	3.817	4.075
Conservas de peixe não especificado.....	1.536	—	—	12.808	—	—
Cortiça em rolas.....	334	36	—	861	6	—

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1935		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		30 de Junho		15 de Julho	
						C.	V.	C.	V.
123\$00	83\$00	11-6-1935	1934	L. 5\$00	Agrícola das Neves.....	94\$00	—	90\$00	97\$00
104\$00	80\$00	1-4-1935	1934	L. 4\$00	Agricultura Colonial (Soc).....	83\$00	86\$00	83\$00	—
530\$00	375\$00	12-3-1935	1934	L. 20\$00	Açúcar de Angola.....	504\$50	505\$00	502\$00	505\$00
55\$00	32\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	Boror.....	30\$00	—	—	—
21\$00	11\$00		1927		Cabinda.....	11\$00	13\$00	13\$00	—
49\$50	33\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em. ...	33\$50	34\$50	33\$50	34\$00
46\$00	34\$00	11-7-1929		£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em.	31\$00	—	—	—
20\$00	13\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação.....	15\$00	22\$00	10\$00	—
190\$00	131\$00	22-4-1935	1934	L. 9\$00	Ilha do Príncipe.....	155\$00	160\$00	155\$00	157\$00
12\$00	9\$60	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25.....	9\$40	10\$50	9\$40	9\$90

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Junho de 1935

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede)	311.766	14.049.438	—	—	6.982.272	2.455.134
Banco N. Ultramarino (Sede)	10.875.160	7.757.737	182.417.076	100.227.093	158.295.827	132.003.944

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro-Junho de 1935

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1935	1935	1935	1935
	Junho	Janeiro a Junho	Junho	Janeiro a Junho
Reexportação :				
Cacau	548.505	3.872.331	1.359.331\$00	9.165.910\$00
Café	162.609	1.300.361	496.968\$00	4.456.523\$00
Cera	52.558	348.198	490.702\$00	3.191.803\$00
Outras mercadorias	303.277	2.142.300	391.892\$00	2.679.191\$00
Total	1.066.949	7.663.190	2.738.893\$00	19.493.427\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	33.450	—	82.000\$00
Café	38.119	1.583.403	123.300\$00	5.756.520\$00
Cera	2.310	41.736	22.000\$00	382.800\$00
Óleos de palma e côco	—	25.331	—	19.360\$00
Outras mercadorias	3.676.229	5.894.794	1.752.740\$00	4.474.720\$00
Total	3.716.658	7.578.714	1.898.040\$00	10.715.400\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

São estes os autores

nacionais e estrangeiros
cujas obras estão publica-
das na popular colecção
= de romances a 4\$50 =

OBRAS PUBLICADAS:

FRUTA DO MATO

POR: AFRANIO PEIXOTO

LOIRINHA MÁRTIR

POR: MARGARETE ELZER

UM CASO SINGULAR

POR: ALVES DE AZEVEDO

ABADESSA DE CASTRO

POR: STENDHAL

**FILHA DO JOÃO
DO OUTEIRO**

POR: ALICE PESTANA

JOÃO TIGRE

**E
CURANDEIRO
DE SUA HONRA**

POR: RAMON PEREZ
DE AYALA

K A T I A

POR: TOLSTOI

A M B I Ç Õ E S

POR: ANA DE
CASTRO OSÓRIO

B E A T R I Z

POR: RIDER HAGGARD



De cima para baixo e da esquerda para a direita:
TOLSTOI, ALVES DE AZEVEDO, RAMON PEREZ
DE AYALA, ALICE PESTANA, ANA DE CASTRO
OSÓRIO, RIDER HAGGARD, STENDHAL, MAR-
GARETE ELZER E AFRANIO PEIXOTO

Cada, volume elegantemente
brochado, vende-se ao preço verdadeiramente
inacreditável de

4\$50

**Pelo preço porque se compra vulgarmente um
romance, compram-se desta colecção 2 ou 3!**

Edição da PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

RUA AUGUSTA, 44 A 54

Telefone 2 6080

LISBOA

Teleg. PARCEPEREIRA

“Portugal Colonial,” SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NO INTUITO DE SERVIR OS SEUS LEITORES DAS COLÓNIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA “PORTUGAL COLONIAL,” ACABA DE ORGANIZAR UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUE DO-RAVANTE FICA À SUA DISPOSIÇÃO.

NÃO COMPRE POR CATÁLOGOS. O VENDEDOR SÓ TEM UM INTERESSE — *VENDER* — EMBORA NEM SEMPRE O QUE MAIS CONVÉM AO CLIENTE. DIGA-NOS O QUE DESEJA E INFORMÁ-LO-EMOS CRITERIOSAMENTE.

TODA A GENTE QUE VIVE NO ULTRAMAR TEM UMA COMPRA, UMA VENDA OU QUALQUER OUTRA TRANSAÇÃO OU DILIGÊNCIA A REALIZAR EM LISBOA. UTILIZE O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E FICARÁ SATISFEITO.

NÃO INCOMODE OS SEUS AMIGOS DA METRÓPOLE COM PEDIDOS QUE NÓS PODEREMOS SATISFAZER MELHOR DO QUE ÊLES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESCOLHERÁ A SEU CONTENTO O QUE DESEJA.

SE QUERE SABER PREÇOS E QUALIDADES DO QUE SE VENDE OU SE COMPRA EM LISBOA, SE QUERE ORÇAMENTOS OU ESTIMATIVAS, ESCRVA-NOS. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTÁ APTO A RESPONDER-LHE.

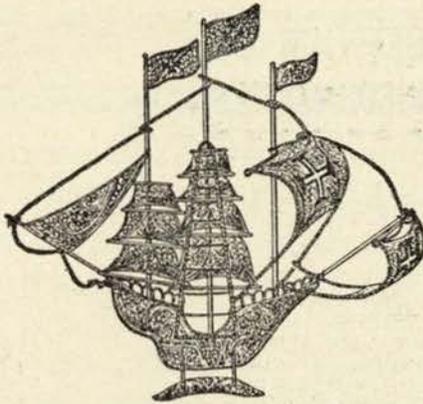
TUDO O QUE EXIJA CRITÉRIO NA ESCOLHA — MAQUINISMOS, FERRAMENTAL, PRODUTOS, MATÉRIAS PRIMAS, ETC. — O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES PODERÁ ESCOLHER EM SEU LUGAR. DIGA-NOS COM PRECISÃO O QUE DESEJA.

SE PRETENDE VENDER, PODEREMOS AUXILIÁ-LO NA VENDA. TALVEZ ENCONTREMOS O COMPRADOR QUE LHE CONVÉM, POIS TRABALHAREMOS PARA O CONSEGUIR. DIRIJA-SE AO NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

PARA A EXPANSÃO DA “PORTUGAL COLONIAL,” O NOSSO INTERESSE É SERVIR COM METICULOSIDADE E ISEMPÇÃO OS SEUS LEITORES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUERE SER O SEU AGENTE DE CONFIANÇA.

TODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRAÇA DE LISBOA DEVEM VIR ACOMPANHADOS DA IMPORTÂNCIA DE ESC. 6500 OU SEU EQUIVALENTE EM MOEDA LOCAL, PARA DESPESAS DE EXPEDIENTE, E SER DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA “PORTUGAL COLONIAL,” — RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º, LISBOA — TELEFONE 2 4253 — TELEGRAMAS “MINERVA.”

MANUFATURA DE ARTIGOS DE OUVRESARIA



CASA FUNDADA EM 1880

GASPAR VIEIRA

Sucessor de Vicente Gaspar Vieira & Filho Suc.
OURIVES—FABRICANTE—FORNECEDOR

As mais lindas, artisticas e inimitáveis filigranas portuguesas.
Pratas cinzeladas e grande variedade de artigos de ourivesaria.

Exportador para Ilhas, Colónias Portuguesas e Estrangeiro
Premiado na Exposição Internacional de Barcelona (1929)

DEPÓSITO PERMANENTE PARA REVENDA

Rua do Bomfim, 217—PORTO—Portugal
Telefone 2299

“PORTUGAL COLONIAL”

TEM DEVIDAMENTE MONTADOS NA SUA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS DE PROCURADORIA E AGÊNCIA AO DISPOR DOS SEUS LEITORES, ANUNCIANTES E ASSINANTES.

OS SERVIÇOS DE PROCURADORIA ENCARREGAM-SE DE TODAS AS COMISSÕES QUE OS LEITORES DA REVISTA RESIDENTES NA PROVÍNCIA OU NAS COLÓNIAS LHES QUEIRAM CONFIAR.

CONSULTÓRIO DE ASSUNTOS COLONIAIS

RECEBEM-SE DESDE JÁ CONSULTAS DOS SRS. LEITORES, ASSINANTES E ANUNCIANTES

PORTUGAL COLONIAL

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

Director—HENRIQUE GALVÃO

Assuntos económicos—comerciais agrícolas—industriais e financeiros. Informações de todo o mundo colonial

AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMARINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Metrópole e Ilhas Adjacentes:

Avulso	3\$00
Semestre	18\$00
Ano	36\$00

Colónias Portuguesas e Brasil:

Avulso	4\$50
Semestre	25\$00
Ano	50\$00

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00